



INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

Relatório de Gestão – Exercício 2019

Este é o Relatório de Gestão do Instituto Brasileiro de Museus – exercício 2019.

O objetivo deste relatório é permitir aos cidadãos brasileiros compreenderem a atuação do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram nas políticas públicas culturais para promover o crescimento e o desenvolvimento do campo museal, preservar e democratizar o acesso ao patrimônio musealizado, exercendo sua função social.

Este relatório apresenta à sociedade, inclusive aos órgãos de controle, os valores e os resultados produzidos e entregues pelo Ibram, além de demonstrar seu nível de governança, eficácia, eficiência, conformidade e economicidade.

As informações aqui contidas referem-se ao ano de 2019 e foram aprovadas pela Diretoria Colegiada, órgão colegiado responsável pela governança do Ibram. Adicionalmente, a auditoria interna do Ibram procedeu à validação das informações contidas no presente documento, no contexto das normas de auditoria, conforme reportado em seu Relatório de Auditoria Interna, anexo deste relatório. Este documento está organizado da seguinte forma:

- **Mensagem do Presidente do Instituto Brasileiro de Museus** contendo, o resumo dos principais resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades e desafios da gestão;
- **Visão geral organizacional e ambiente externo**, capítulo que trata das informações que identificam o Ibram (missão e visão), sua estrutura organizacional e de governança, o ambiente externo em que atua, bem como seu modelo de negócio;
- **Governança, estratégia e alocação de recursos**, demonstrando como a unidade planejou o cumprimento da sua missão (abrangendo o valor a ser gerado e os beneficiários a serem atendidos) demonstrando: os principais objetivos estratégicos estabelecidos para o exercício;
- **Resultados e desempenho da gestão**, capítulo que demonstra os resultados alcançados no exercício com vinculação à missão

institucional e aos objetivos estratégicos, Plano Plurianual -PPA e Plano Nacional Setorial de Museus - PNSM.

- **Riscos, oportunidades e perspectivas**, capítulo que demonstra os avanços que o Ibram vem realizando no cumprimento da Política de Gestão de Riscos;
- **Gestão de pessoas**, demonstrando nossas capacidades e necessidades; e
- **Informações orçamentárias, financeiras, contábeis e contratuais** evidenciam a situação e do desempenho financeiro, orçamentário, contábil e patrimonial da gestão no exercício, por meio de demonstrações resumidas de valores relevantes extraídos das demonstrações financeiras e das notas explicativas.

Boa leitura!

Sumário

1. Visão geral organizacional e ambiente externo	6
1.1 Missão e Visão do Ibram	6
1.2 Normas de atuação	6
1.3 Estrutura organizacional e governança	7
1.4. Modelo de negócio	9
1.5. Políticas e Programas de Governo	10
1.6 Análise do ciclo – PPA 2016-2019	11
1.7. Cadeia de valor	13
1.8 Ambiente externo	14
2 Governança, estratégia e alocação de recursos	21
2.1 Mapa Estratégico	21
2.2 Implementação do Plano Estratégico do Ibram	23
3. Resultados e desempenho da gestão.....	27
3.1 Entregas 2019	28
3.2 Principais Desafios	36
4. Riscos, oportunidades e perspectivas	37
4.1 Plano de Riscos da Integridade	38
4.2 Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro	40
4.3 Acórdão TCU nº 1243/2019 – Plenário - Planos de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado dos Museus Federais	41
4.4. Gestão dos Planos de Prevenção e Combate ao Incêndio e Pânico - PPCIP	43
5. Gestão de pessoas.....	44
5.1. Avaliação da força de trabalho	44
5.2 Desenvolvimento de Pessoas	46
5.3 Gestão de Riscos relacionados ao pessoal	47
5.4 Recomposição dos Quadros	48
6. Informações orçamentárias, financeiras, contábeis e contratuais.....	50
6.1 Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da unidade	50
6.2 Execução orçamentária dos principais Programas e Ações Discrecionários	54
6.3 Demonstrações contábeis	62
6.4 Gestão dos Recursos Logísticos, Compras, Contratos e Convênios	91
6.5 Governança e Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	99



Mensagem do Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, Pedro Mastrobuono

Os museus desempenham um importante papel na preservação e na proteção das memórias, seja pelo fortalecimento dos laços culturais que

caracterizam os grupos sociais, seja pela disseminação de conhecimento e cultura, que possibilita uma melhor compreensão estimulando uma reflexão sobre o presente e possibilitando projeções para o futuro. O reconhecimento da relevância dessas instituições como um ativo estratégico para a cultura nacional culminou na criação do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, ainda em 2009, resultado de um longo processo democrático organizado pelo setor museológico brasileiro em torno da construção de uma Política Nacional de Museus - PNM.

Dez anos após a criação do Ibram (2019), o campo museal brasileiro se fortaleceu com a expansão conceitual do fazer museológico e com a consolidação de uma legislação própria e inédita no país. Responsável pela gestão da Política Nacional de Museus, o Instituto é o principal interlocutor na busca por melhorias dos serviços do setor, tais como difundir conhecimentos, estimular o aumento de visitação e de arrecadação dos museus, o fomento de

políticas de aquisição e de preservação de acervos, além de fomentar ações integradas entre os museus brasileiros e as instituições congêneres de outros países.

Neste relatório, as principais ações do Ibram são explicitadas por meio de projetos que seguem as diretrizes de seu mapa estratégico, voltadas para a gestão, normatização e regulação do setor; preservação, difusão e acesso; fomento, sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental; e geração e difusão do conhecimento.

Os 30 museus, integrantes da estrutura da Autarquia do Ibram ocupam uma área de mais de 931 mil m², composta por 99 edificações (81 mil m²), incluindo jardins históricos, espaços verdes, áreas de proteção ambiental e matas nativas. Suas áreas expositivas representam mais de 47 mil m². A gestão e manutenção desses museus representam um grande desafio aparte, uma vez que se tratam de imóveis históricos, tombados em nível federal pelo Iphan que, por essa razão, possuem especificidades próprias.

Nesse sentido, uma ação importante na busca pela melhoria dos nossos museus em 2019 foi a aprovação de projetos de cinco museus do Ibram pelo Conselho do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - FDD, com recursos da ordem de R\$ 55 milhões, que serão investidos até o final de 2021 em obras de restauração, modernização, conservação e requalificação das instituições. São eles – o Museu Casa Histórica de Alcântara (MA), o Museu da Abolição (PE), o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional e o Museu Villa-Lobos (RJ).

Atendendo ao Acórdão TCU 1.243/2019, foi publicado o Decreto nº 10.175/2019 que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial que, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República os museus federais adotem medidas em respeito aos princípios administrativos da legalidade, da eficiência, da economicidade, da transparência, do planejamento e da prevenção de risco patrimonial. Com a coordenação técnica do Ibram, os trabalhos do GTI permitirão melhor atuação da autarquia junto aos museus federais que permitirão o aprimoramento da organização, gestão e preservação dessas unidades museológicas.

Para ampliação do acesso ao conhecimento, foi lançada a plataforma de educação à distância do Saber Museu, ampliando a capacidade do Ibram na capacitação de profissionais que atuam no setor, democratizando a difusão do conhecimento e o aprimoramento da gestão museal.

Além disso, a disponibilização online dos acervos de 14 museus Ibram, por meio da plataforma Tainacan, somando mais de 12 mil itens, possibilita a visitantes e pesquisadores o acesso online a esse valioso patrimônio cultural brasileiro.

A Plataforma *Museusbr*, a maior base de dados sobre os museus brasileiros, dispersos em território nacional, que disponibiliza informações via dados abertos para todo e qualquer cidadão, contribuindo para o monitoramento de políticas públicas e para a produção de conhecimento sobre setor.

Com o compromisso de valorizar a formulação participativa das políticas voltadas para o campo museal, o Ibram abriu consulta pública para colher contribuições para a construção de Resolução Normativa que disciplinará a ação de fiscalização a ser desenvolvida pelo Instituto prevista em lei, priorizando o viés educativo e preventivo da fiscalização.

O Relatório de Gestão de 2019 é produto da construção coletiva dos setores do Instituto e orientado por boas práticas prospectadas em organizações públicas e pelos princípios do Relato Integrado: foco estratégico e orientação para o futuro; conectividade da informação; relações com partes interessadas; materialidade; concisão; confiabilidade; completude; coerência; e comparabilidade.

Estamos convictos de que o Ibram, emvidou esforços necessários para que este Relatório de Gestão fosse elaborado dentro dos parâmetros da nova estrutura adotada pelo Tribunal de Contas da União. Reforçamos a importância dos museus na vida social brasileira, como processos socioculturais colocados a serviço da democracia e como uma ferramenta de desenvolvimento social e assumimos o desafio de incentivar a conscientização social de todos os segmentos da sociedade, promovendo e efetivando o seu direito à memória.

Não é demasiado lembrar que Cultura é importante, senão o maior, elemento de formação da identidade de um povo. Razão pela qual a enxergamos como, necessariamente, política de Estado.

1. Visão geral organizacional e ambiente externo

1.1 Missão e Visão do Ibram

QUEM SOMOS

O Instituto Brasileiro de Museus foi criado em janeiro de 2009, com a assinatura da Lei nº 11.906. Vinculada ao Ministério do Turismo, a autarquia é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor, além de ser responsável pela administração direta de 30 museus.

VISÃO

Ser referência na gestão de políticas públicas e na geração e difusão de conhecimento para o campo museal

MISSÃO

Promover a valorização dos museus e do campo museal a fim de garantir o direito às memórias, o respeito à diversidade e a universalidade de acesso aos bens musealizados

VALORES

- Visão museológica
- Memórias e Identidades
- Patrimônio
- Natureza Educativa
- Diversidade
- Relevância Social
- Sustentabilidade
- Acessibilidade Universal
- Transparência

1.2 Normas de atuação

- ♦ Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto dos Museus, regulamentada pelo Decreto no 8.124, de 17 de outubro de 2013.
- ♦ Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Lei de criação do Instituto Brasileiro de Museus. Está regulamentada pelo Decreto no 8.124, de 17 de outubro de 2013.
- ♦ Lei nº 12.840, de 09 de julho de 2013. Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve.
- ♦ Decreto nº 6.845, de 07 de maio de 2009. Aprova a estrutura regimental e o Quadro demonstrativo dos Cargos em comissão e das Funções Gratificadas.
- ♦ As competências de cada área estão dispostas no Decreto nº 8.904, de 17 de novembro de 2016, altera o Decreto nº 6.845, de 07/05/2009.

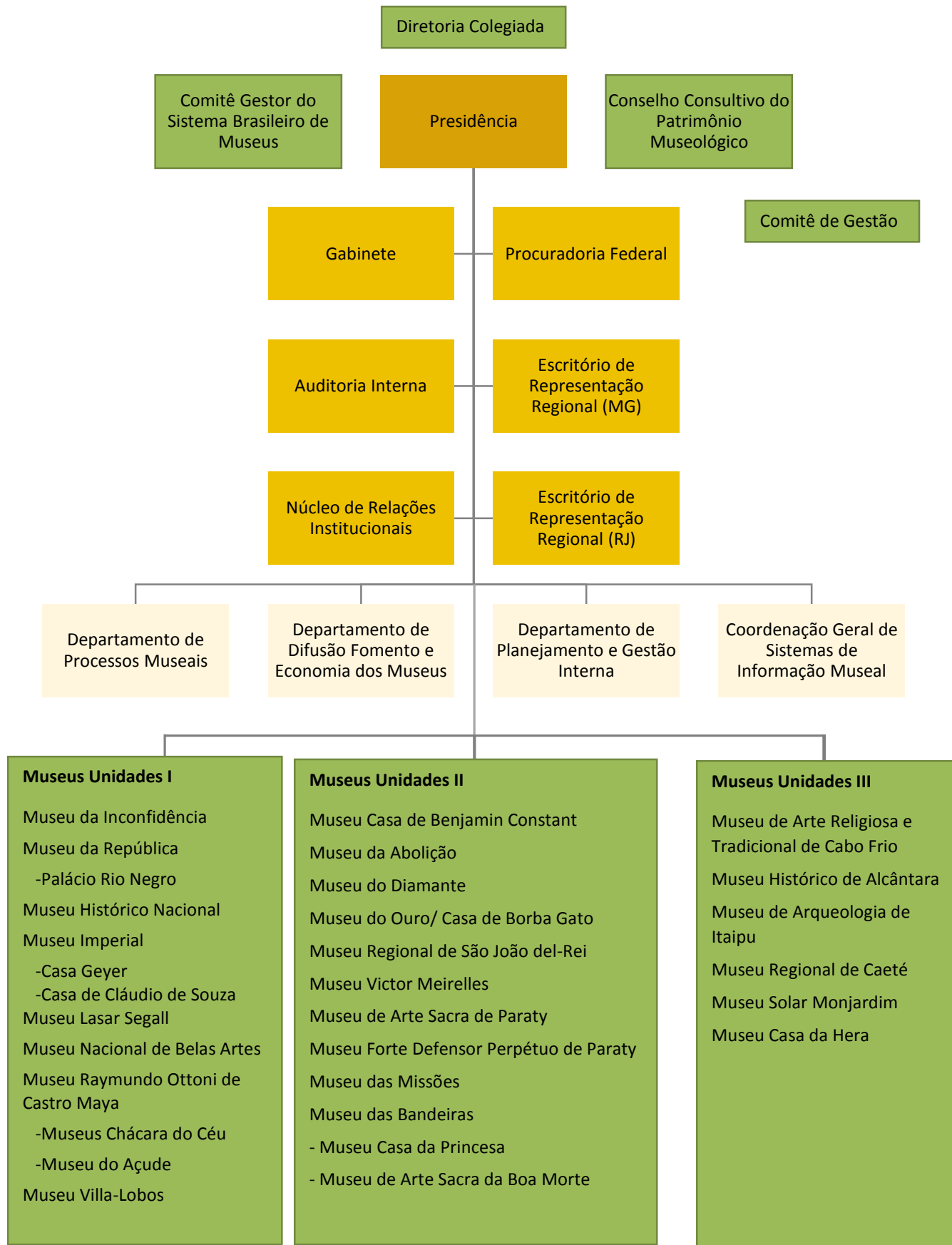
Link de acesso às Normas Ibram (<https://www.museus.gov.br/legislacao-e-normas/>)

Leis: <https://www.museus.gov.br/leis/>

Decretos: <https://www.museus.gov.br/decretos>

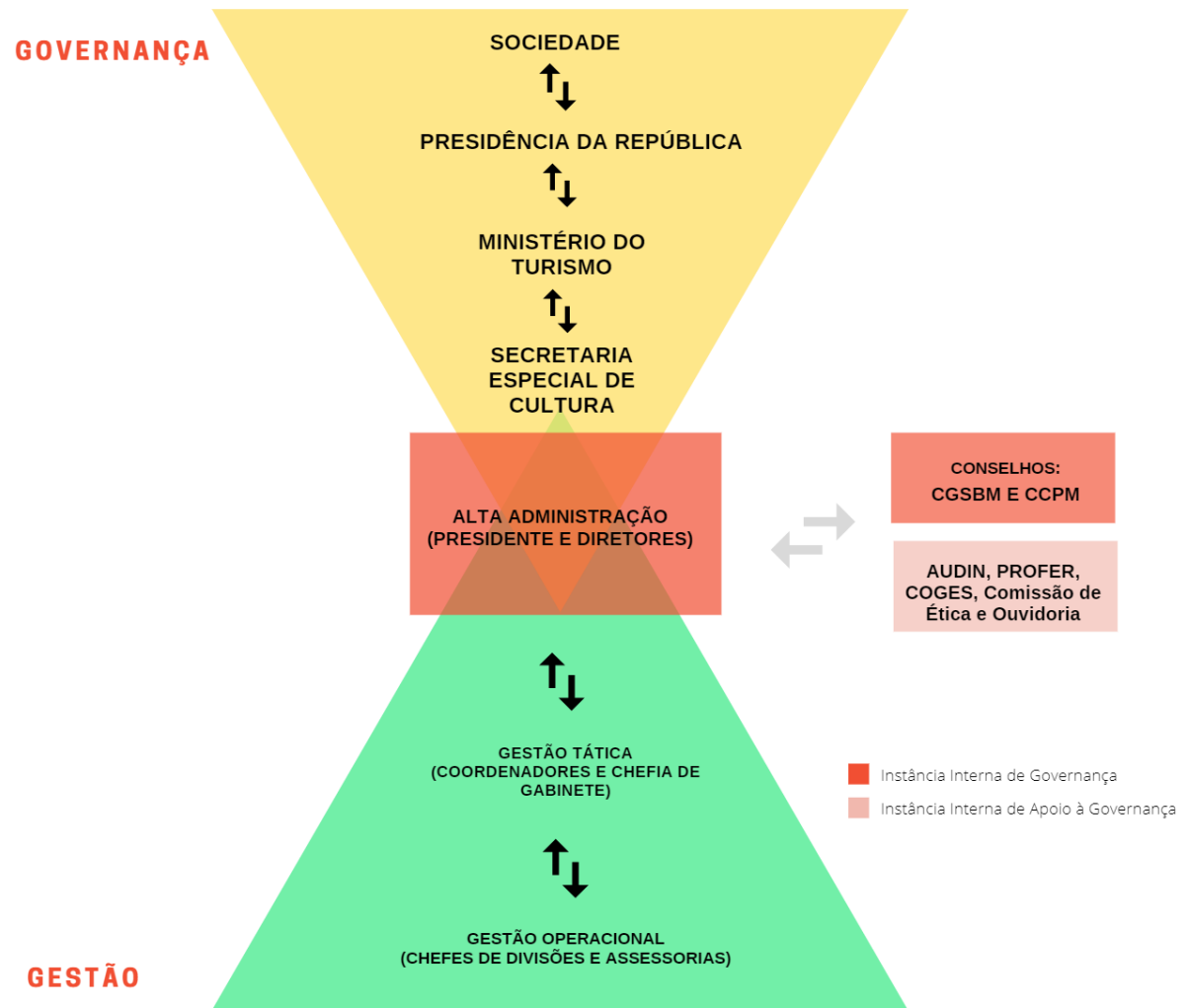
1.3 Estrutura organizacional e governança

1.3.1 Organograma



1.3.2 Estrutura de Governança

O modelo de governança do Ibram tem base nas referências de melhores práticas de governança e gestão, incluindo o Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Ações Indutores de Melhorias do Tribunal de Contas da União - TCU. Apresentamos as principais instâncias de governança no contexto do Ibram.



1.4. Modelo de negócio

NOSSOS CAPITAIS



HUMANO

1560 colaboradores

INTELLECTUAL

Foram investidos o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) em ações para servidores

PATRIMÔNIO

30 Museus que ocupam 931 mil/m² de área, composta por 99 edificações, com área expositiva de 47 mil/m²

INVESTIMENTOS

83 milhões em manutenção e funcionamento dos 30 museus

Aplicados aos nossos Processos

- Desenvolvimento e coordenação de marketing museal para promoção do Ibram e dos museus brasileiros
- Desenvolvimento de projetos, estudos e pesquisas voltados à Economia e à Sustentabilidade Socioeconômica de Museus
- Implantação e Melhoria da Gestão de Lojas de Museus e Instituições Culturais
- Difusão de museus, acervos e marca Ibram
- Regramento e Promoção da Utilização de Espaços dos Museus Ibram para Eventos de Curta Duração
- Definição da Política de Direitos Autorais no âmbito museal
- Fomento e Financiamento ao Campo Museal
- Educação Museal
- Museologia Social
- Gestão do Patrimônio Museológico
- Conservação e preservação arquitetônica de museus
- Pesquisa, diagnóstico e estatística museal
- Monitoramento e incentivo às políticas públicas setoriais
- Estudos de Público
- Arquitetura da Informação Museal
- Gestão de riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro

Resultam em

PRODUTOS

- Ações de Promoção dos Museus

R\$ 862.950,00 mil investidos nos museus Ibram para a Semana Nacional de Museus e Primavera de Museus

- Difusão dos acervos

Série Conhecendos Museus; Projeto Google Arts & Culture; Projeto Tainacan; Ampliação de Acervos e Produtos Associados a Acervos Museais.

- Conservação e Modernização dos Museus

Investimento em 9 museus Ibram com foco na requalificação arquitetônica

- Saber Museus

Disponibiliza cursos, animações, tutoriais, publicações, podcasts, apresentações, entre outros

IMPACTOS

Aumento de 50% em 2019 sobre a média de visitação dos últimos quatro anos; 61% em relação a 2018 na visitação a Museus Ibram.

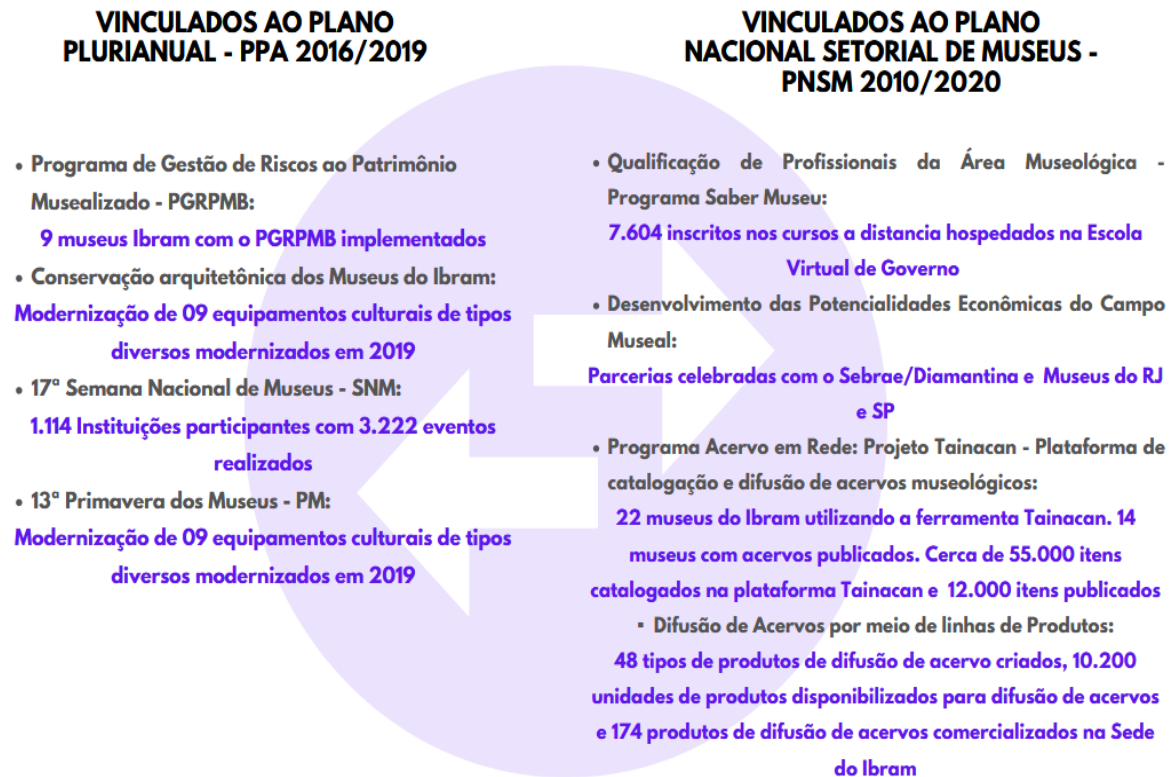
5.879 eventos realizados em 1952 instituições na Semana Nacional de Museus e Primavera de Museus.

São 56,3 milhões de reais (FDD) para aplicação de requalificações arquitetônicas, expográficas e ações de conservação de acervos para os próximos 3 anos aos Museus Ibram.

254 capacitações técnicas do setor museal no RS, DF e ES e, Parceria com a EVG .

O detalhamento do nosso Modelo de negócio encontra-se no portal Ibram - <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Modelo-de-n%C3%A9gocio-Ibram-2019.pdf>

1.5. Políticas e Programas de Governo



Links para acesso aos Planos e Programas nos quais se desdobram em ações com objetivos e metas:

PPA 2016-2019:

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual/plano-plurianual-2016-2019>

PNSM 2010-2020: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf>

Detalhamentos dos Planos Programas de governos vinculados as ações Ibram disponível no portal Ibram

- <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Planos-e-Programas-de-Governo-vinculados-ao-Ibram.pdf>

1.6 Análise do ciclo – PPA 2016-2019

O PPA define as políticas públicas do Governo Federal para construir um Brasil melhor, tendo o início do ciclo em 2016 e o seu encerramento em 2019.

O PPA 2016-2019 define metas ao Sistema MinC, nas quais 4 contam com a participação do Ibram. Abaixo analisaremos o desempenho do Ibram nas Metas do Sistema Minc:

✓ **Ampliar o número de pessoas que frequentam museus, aumentando em 20% seu público.**

O Ibram no quadriênio, tendo como referência o número de visitas em 2015 (1.153.754 visitantes) ampliou em 44,11% o número de pessoas que frequentaram Museus, superando a meta em mais de 100%.

✓ **Apoiar 200 Pontos de Memória, em consonância com o Programa Cultura Viva.**

Apoiamos 144 Pontos de Memória em consonância com o Programa Cultura Viva, por meio de ações de capacitação, no período de 2016 a 2018. Considerando o cenário em que não foi possível a realização do 8º Fórum Nacional de Museus, ambiente de realização de Oficinas e capacitação dos pontos de memória, alcançamos 72% da meta.

✓ **Identificar o patrimônio museológico de 120 instituições museológicas brasileiras (Ibram). A meta do Sistema MinC são 300 instituições culturais.**

A apuração da meta de identificação do patrimônio museológico de 120 instituições museológicas vem sendo feita por meio do inventário dos Museus Ibram e do Registro de Museus. De 2016 a 2019 foram identificados o patrimônio museológico de 345 instituições museológicas. Superamos a meta em 288% no quadriênio.

✓ **Implantar ou modernizar 120 unidades museológicas (Ibram). A meta do sistema MinC são 600 equipamentos culturais.**

O Ibram, nos últimos quatro anos enfrentou dificuldades de lançar editais de prêmios com a finalidade de modernizar equipamentos museais, dificultando o atingimento da meta. Contudo, no quadriênio foi possível modernizar 92 equipamentos, tendo atingido 77% da meta.

Quadro 1. Resultado das metas Ibram no Plano Plurianual – PPA 2016-2019

Objetivo	Descrição da Meta	Método de Apuração - Definido em 2015	Resultado do quadriênio 2016-2019	% de alcance no triênio (2016-2019)
0787 - Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais.	Ampliar o número de pessoas que frequentam museus, aumentando em 20% seu público.	Calcula-se o crescimento pelo número de visitas aos Museus Ibram (FVM)	20%	100%
0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.	Apoiar 200 Pontos de Memória, em consonância com o Programa Cultura Viva.	Pontos de memória premiados nos editais e/ou apoiados por meio de ações de difusão, capacitação e intercâmbio pelo Ibram.	144	72%
0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.	Identificar o patrimônio museológico de 120 instituições museológicas brasileiras (Ibram). A meta do Sistema MinC são 300 instituições culturais.	Plataforma Museusbr e INBCM (Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados)	345	288%
0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.	Implantar ou modernizar 120 unidades museológicas (Ibram). A meta do sistema MinC são 600 equipamentos culturais.	Quantidade de projetos aprovados e formalizados nos editais do Ibram; Projetos formalizados com orçamento próprio, Emendas Parlamentares, bem como projetos nos museus Ibram. Entende-se por modernização: Implantação de projetos expográficos; digitalização de acervos; adaptação, reaparelhamento de museus; implantação de inovações tecnológicas; adaptação de espaços e serviços para acessibilidade; aquisições de material permanente (ex.: vitrines, mobiliários etc) e equipamentos para as ações finalísticas; restaurações, reformas e obras civis.	92	77%

1.7. Cadeia de valor

Missão

Promover a valorização dos museus e do campo museal a fim de garantir o direito às memórias, o respeito à diversidade e a universalidade de acesso aos bens musealizados.

Estratégicos

Ampliar o acesso ao patrimônio museológico

Preservar o patrimônio museológico brasileiro

Finalísticos

Gerir acervo museológico

Promover museologia social e educação

Gerir difusão, fomento e economia dos museus

Gerir sistemas de informação museal

Gerir espaços museais e arquitetura

Suporte

Gerir aquisições de bens e serviços

Gerir patrimônio, infraestrutura e logística

Gerir auditorias

Gerir pessoas

Gerir orçamento e finanças

Prover consultoria jurídica

Visão

Ser referência na gestão de políticas públicas e na geração e difusão de conhecimento para o campo museal.

1.8 Ambiente externo

1.8.1 Cenário Nacional

Hoje, podemos afirmar que trabalhamos com um conceito ampliado de cultura, ultrapassando a ênfase nas artes consolidadas e definindo-a como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos, como manifestações que têm força simbólica e reconhecimento nas sociedades. Dentro deste novo panorama, os museus vêm ganhando renovada importância na vida cultural e social brasileira, como processos socioculturais colocados a serviço da democracia, da sociedade e como uma ferramenta de desenvolvimento social. Os museus brasileiros, na sua diversidade, são agentes que inter-relacionam múltiplas políticas, estéticas, formas de fazer, de saber, de conhecer – reveladoras das várias facetas do inesgotável repertório da cultura brasileira.

Museus dialogam com o passado e com o presente - mas também são fundamentais na criação de futuros, na propagação do conhecimento.

Em quinze anos, o campo museal brasileiro fortaleceu-se de forma histórica com a ampliação conceitual do fazer museológico e a consolidação de uma legislação própria, inédita na história do país e referência em nível internacional.

Partindo do marco legal da Política Nacional de Museus (PNM) e suas premissas, bases teóricas e práticas foram criadas, possibilitando a construção do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), do Cadastro Nacional de Museus (CNM), do Estatuto de Museus, e culminando na criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que simboliza não um marco final, mas o início de uma nova era para a cultura brasileira.

A Política Nacional de Museus traz importantes desafios para o Ibram e para o Ministério do Turismo. Um dos mais graves problemas das políticas públicas de cultura era a descontinuidade das ações e a perda das conquistas alcançadas, o que produzia um ambiente de desconfiança e descrença. A construção de uma política nacional elaborada de forma participativa objetiva a sua continuidade, consolidação e apropriação pela sociedade.

Por tudo isso, preservar o caráter participativo e democrático da atual Política de Museus é fundamental. Essa preservação depende da atuação direta e engajada dos diversos agentes sociais envolvidos com o seu processo de construção, somados aos aparelhos públicos, estatais ou não – que se dedicam à sua sistematização.

O enfrentamento dessa questão levou o Ministério da Cidadania (pasta que

estávamos vinculados em 2019) e o Ibram a dedicarem-se com atenção à continuidade das ações da Política Nacional de Museus, do Plano Nacional de Cultura (PNC), do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) e das demais ações que possam garantir o seu futuro, levando em conta as diretrizes: cultura como direito, cultura como bem simbólico e cultura como ativo econômico. O Estatuto de Museus, marco legal, criado pela Lei nº 11.904/09 e regulamentado pelo Decreto nº 8.124/13, que organiza e normatiza o funcionamento dos museus em todo território nacional, é a principal ferramenta de gestão do Ibram e dos museus brasileiros.

O Instituto Brasileiro de Museus, que em 2019 completou 10 anos, exalta o reconhecimento efetivo que a especificidade do campo museal requer e justifica, sobretudo no mundo

contemporâneo, um campo próprio de institucionalização. A vitalidade desse campo decorre de sua capacidade *sui generis* de mesclar preservação, investigação e comunicação; tradição, criação e modernização; identidade, alteridade e hibridismo; localidade, nacionalidade e universalidade. É correto afirmar que, amparado por esta multiplicidade de ações, o centro de gravidade da política cultural do Brasil passa pelo território dos museus.

O Ibram realiza anualmente, um levantamento por meio do Formulário de Visitação Anual (FVA) que visa contabilizar o público visitante dos museus brasileiros. Esse levantamento é realizado entre os meses de fevereiro a abril, e recolhe informações sobre os visitantes dos museus no ano anterior. Outros levantamentos realizados pelo Ibram no âmbito de público

de museus e suas exposições, colocou exposições de instituições brasileiras no ranque das mais visitadas do mundo, figurando no TOP 10 da categoria Post-Impressionist and Modern, no TOP 10 da categoria Thematic, e no TOP 100 Art Museum Attendance, do periódico inglês The Art Newspaper, um dos mais conceituados periódicos especializado em Arte, no mundo, com correspondentes em mais de 20 países.

Sobre os investimentos do então Sistema MinC voltados para o setor, como resultado da visão estratégica trazida pela PNM: o valor investido em 2001 na ordem de R\$ 20.043.913,00 passou para R\$ 370.999.841,00 em 2018, com participações expressivas tanto de recursos oriundos da Administração Direta quanto do patrocínio por meio de incentivo fiscal.

De vital importância é a institucionalização do setor, que, atualmente, se apresenta em diversos instrumentos, tais: Política Nacional de Museus (PNM); Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM); Estatuto de Museus; A criação do Ibram; Sistema Brasileiro de Museus (SBM); Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico (CCPM); Programa Pontos de Memória; a Declaração de Interesse Público (DIP); Destinação de bens culturais apreendidos pela Receita Federal do Brasil; Direito Autoral e Propriedade Intelectual Aplicada aos Museus; Estudo para implantação de loja etc.

O Lançamento do programa Saber Museu em 18 de dezembro de 2019, cujo objetivo é capacitar e difundir o conhecimento relevante para o desenvolvimento do setor museu e para o aprimoramento de sua

gestão foi um dos nossos destaques. Abaixo alguns dos nossos números:

- Lançamento do site Programa Saber Museu (que reúne os diversos materiais e outras plataformas do Ibram), sendo eles: 6 cursos em formato EaD – em parceria com a EVG; 25 registros audiovisuais de eventos do campo museológico;
- 9 videoaulas; 9 vídeos tutoriais; disponibilização de 76 publicações, de 394 estudos e trabalhos e pesquisas gerados no campo museológico, além de 32 arquivos de áudio e 10 apresentações relativas aos temas do programa.
- Teve 7.604 inscritos nos cursos a distância hospedados na Escola Virtual de Governo até o dia 14 de fevereiro de 2020.
- O site teve, até o momento, 68.312 visualizações e 18.673 visitantes em

todas as regiões da federação, com maior concentração na região sudeste.

Com o Programa Acervo em Rede pretendemos catalogar e organizar em plataforma web integrada (Tainacan) as coleções digitalizadas dos museus brasileiros. A interligação do patrimônio cultural musealizado em meio digital contribui com o objetivo de promover o acesso e o diálogo entre acervos, instituições e público interessado. Contempla ainda a customização e implementação de interoperabilidade semântica das coleções para viabilização de serviços de busca e recuperação no acesso digital além do desenvolvimento e implantação de padrões e diretrizes para a documentação de coleções publicadas em formato digital para acesso integrado em rede, em conformidade

com o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (INBCM).

Para 2020/2021, está previsto o desenvolvimento e implementação de serviço de busca integrada nas coleções digitais pertencentes à rede de instituições participantes do projeto e uma ferramenta de catalogação e difusão de acervos museológicos para os museus brasileiros

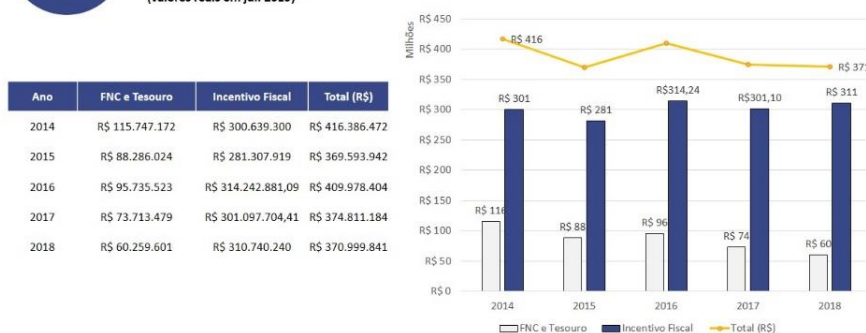
A normatização do Registro de Museus por meio da Resolução Normativa Ibram nº 1 (dez 2018) foi um avanço. Encerramos 2019 com 278 registros realizados e 28 solicitações de Registro em análise (dez 2019).

Avançamos em uma de nossas atribuições que é a Fiscalização de Museus com a criação do Grupo de Trabalho com vistas à normatização da regulação e fiscalização pelo Ibram, em atendimento ao Estatuto de Museus e às competências do Ibram, por meio da Portaria Ibram nº 335, de 10 de outubro de 2019.

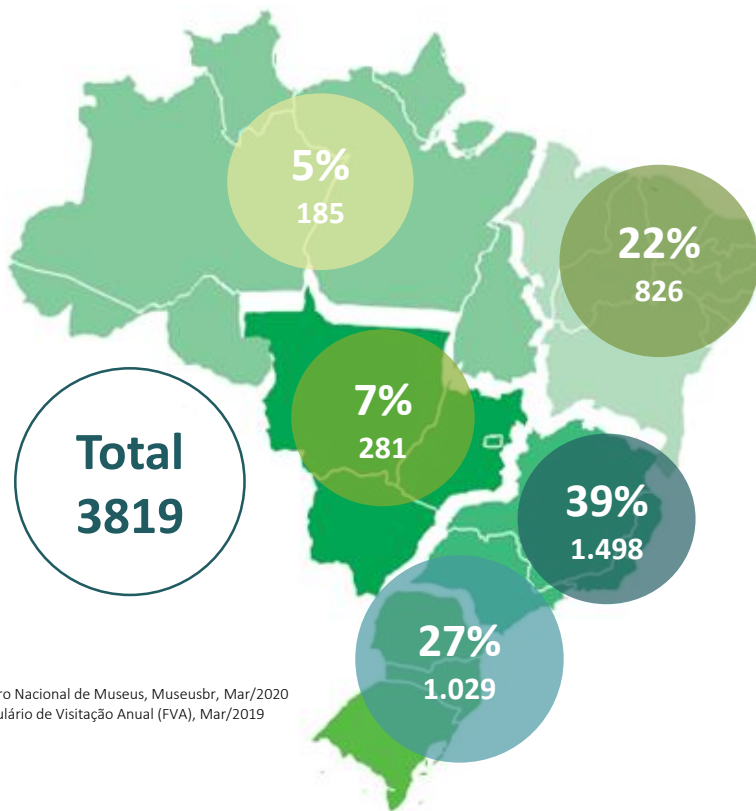
Por fim, regulamentada pela a Resolução Normativa Nº 2, de 29 de maio de 2019, a Declaração de Interesse Público (DIP) é um dispositivo legal voltado à proteção de bens culturais musealizados ou passíveis de musealização, de propriedade pública ou particular, cuja proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade representem valor cultural de destacada importância para o país, respeitada a diversidade cultural, regional, étnica e linguística. Nossa perspectiva é que passe a vigorar a partir de 07/06/2020.



Investimentos no setor museal 2014-2018 (valores reais em jul. 2019)



Distribuição do nº de museus no Brasil.



Fontes:
 * Cadastro Nacional de Museus, Museusbr, Mar/2020
 ** Formulário de Visitação Anual (FVA), Mar/2019



Preservam mais de **69 milhões** de bens culturais



Empregam mais de **29 mil** profissionais



Receberam mais **32 milhões** de visitantes em 2018**

RANKING MUNDIAL

O Brasil aparece na 11ª colocação mundial das exposições mais visitadas e em terceiro lugar no ranking TOP 10 Contemporary. Entre os 100 museus de arte mais visitados em 2018, cinco são brasileiros.

NATUREZA ADMINISTRATIVA

No universo de 3.819, a maioria pertence à esfera pública. Os federais são 471, sendo 30 geridos pelo Ibram.

CURSOS

São 14 cursos de graduação e 5 de pós-graduação em museologia.

200 ANOS DE MUSEUS

Como marco da trajetória de 200 anos de museus no país, representada pelo aniversário de criação do Museu Nacional, em agosto de 2018 o Ibram organizou o Seminário 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas..



INVESTIMENTO

Incentivo fiscal - 2018

- Total de R\$ 370.899.841 de recursos captados no setor museal em 2018.

Protagonismo do Ibram no Sistema Cultura

- Ao considerar o Orçamento Diretor (recursos do Tesouro e do FNC), cerca de 88% desses destinados ao setor foram investidos pelo Ibram.



VISITAÇÃO

Ampliação

- O 1º semestre de 2019 registrou aumentos de 50% sobre a média do mesmo período nos últimos quatro anos e de 61% em relação a 2018 na visitação a Museus Ibram;
- Ibram nas Redes: 142.149 seguidores reunidos em nossas redes, com mais de 93k impressões nos últimos 28 dias.

Eventos

- Em 2019, mais de 6 mil eventos foram realizados em mais de 2 mil museus do Brasil na Semana Nacional de Museus e Primavera dos Museus.

1.8.2 Cenário Internacional

A evolução das políticas públicas brasileiras naturalmente amplia as possibilidades de diálogo e cooperação com parceiros externos, e também é positivamente influenciada por estes contatos, gerando um ciclo contínuo de desenvolvimento.

Em sintonia com as competências do Ibram, as atividades internacionais buscam, prioritariamente, contribuir a quatro objetivos fundamentais, que reforçam esta relação positiva entre as ações domésticas e as relações internacionais:

- O aprimoramento das políticas públicas nacionais;
- A qualificação dos profissionais brasileiros em técnicas, práticas e temas de interesse do setor museal;
- O compartilhamento de boas práticas e experiências exitosas entre o Ibram e parceiros internacionais;

- A consolidação da presença brasileira em espaços internacionais relevantes para o debate e deliberação sobre temas culturais.

É possível classificar a atuação internacional do Ibram em três áreas distintas: a cooperação técnica internacional, baseada no intercâmbio de profissionais e de boas práticas relacionadas a museus e à Museologia; a representação do Brasil em eventos e fóruns internacionais referentes ao setor de museus; e a promoção da cultura brasileira no exterior.

A presença do Ibram nestas três frentes permite ao Brasil compartilhar seus avanços em política museológica, aprender com as experiências de outros países e fortalecer a posição do Brasil como um dos países protagonistas nos espaços internacionais de diálogo sobre museus.

Um aspecto relevante a considerar é que, do ponto de vista da cooperação técnica internacional, as instituições brasileiras estão tanto em posição de receber quanto de ofertar cooperação em temas diversos. Dois exemplos recentes são a cooperação realizada pelo Ibram ao Museu Nacional de Arqueologia da Bolívia, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), e o intercâmbio realizado com instituições da Holanda, por meio da Agência de Patrimônio Cultural (RCE) e do DutchCulture.

A imagem do Brasil em eventos internacionais do campo dos museus foi consolidada por atividades realizadas nos últimos dez anos. Em especial, destaca-se o papel importante que o país assumiu para a conformação do Programa Ibermuseus,

iniciativa de cooperação que reúne 22 países do espaço ibero-americano. A unidade técnica do Programa, responsável pela execução de suas atividades, está instalada nas dependências do Ibram.

A realização de alguns importantes eventos internacionais sobre o campo dos museus também abriu espaço à ampliação da presença brasileira, que contribui para o intercâmbio de ideias e atualização dos servidores quanto às novas tendências e debates sobre os museus no mundo contemporâneo. Pode-se dizer que todas as atividades internacionais desenvolvidas pelo Ibram, ao projetar a imagem dos profissionais brasileiros no exterior, contribuem conjuntamente com a promoção da cultura brasileira no exterior. Completando este rol de atividades, uma das iniciativas mais importantes para promover a cultura brasileira é a

participação de museus vinculados ao Ibram em exposições de arte realizadas no exterior, em geral com o empréstimo de importantes obras que integram seus acervos. Nos últimos anos, houve constante movimento de obras de acervos do Ibram para empréstimos temporários.



Destaques

- Programa Ibermuseum
- Mercosul Cultural
- Recomendação da UNESCO sobre museus (2015)
- Aliança de Museus dos BRICS
- Cooperação Técnica "Fortalecimento do Museu Nacional de Arqueologia da Bolívia"
- Cooperação Técnica com Agência de Patrimônio Cultural da Holanda
- Edital para participação de servidores em eventos internacionais

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Em 2019, o Ibram participou de 3 eventos internacionais:

- Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus - ICOM, ministrando palestra na plenária "Museus em tempos de desastre" ([Japão](#))
- 15ª Reunião Ordinária do Conselho Intergovernamental do Programa Ibermuseum ([Chile](#))
- Reunião do Comitê de Tráfico Ilícito de Bens Culturais do Mercosul ([Uruguai](#))

EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS COM OBRAS DE MUSEUS IBRAM

Os museus brasileiros participaram de grandes exposições internacionais, e cabe ao Ibram autorizar a saída de obras de arte do país.

Em 2019, os museus ligados ao Ibram emprestaram obras para quatro exposições, realizadas em Portugal, Lituânia, Espanha e Alemanha.

2 Governança, estratégia e alocação de recursos

2.1 Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico do Ibram possui como base os princípios que preconizam a execução das atividades desenvolvidas pelos servidores e colaboradores, e subsidia o órgão no seu posicionamento estratégico.

Como bases estruturantes existem 3 perspectivas:

- Resultados;
- Gestão; e
- Operacionalização

As perspectivas são embasadas por 7 pilares norteadores, as estratégias:

- Preservação, difusão e acesso;
- Sustentabilidade;
- Geração e difusão do conhecimento;
- Gestão, normatização e regulação;
- Governança Interna;
- Suporte; e
- Gestão de Pessoas.

Para cada Estratégia foram definidos Objetivos Estratégicos que representam o conjunto de esforços para que seja cumprida a missão e alcançada a visão. Abaixo nosso Mapa Estratégico.



Missão

Promover a valorização dos museus e do campo museal a fim de garantir o direito às memórias, o respeito à diversidade e a universalidade de acesso aos bens musealizados.



2018 /2020



Visão

Ser referência na gestão de políticas públicas e na geração e difusão de conhecimento para o campo museal.



Valores

- Visão museológica
- Memórias e identidades
- Patrimônio
- Natureza educativa
- Diversidade
- Relevância social
- Sustentabilidade
- Acessibilidade
- Transparência Universal

2.2 Implementação do Plano Estratégico do Ibram

Nos últimos dois anos o Ibram realizou um amplo processo de revisão do seu Planejamento Estratégico. A definição da metodologia de revisão estratégica do Ibram preconizou garantir a harmonização e o alinhamento entre suas unidades.

Em 2019, o processo de desdobramento do Mapa Estratégico foi retomado com a definição de ações, indicadores e metas.

Convocou-se reuniões com a alta administração, apresentou-se a metodologia e mediante a validação com os Diretores, realizou-se a Oficina de alinhamento com a presença dos diretores, coordenadores e pontos focais. Nessas oficinas, além de alinhar os critérios da etapa, trouxeram conceitos para facilitar e aprimorar o trabalho que as áreas técnicas desenvolvem internamente.

Conforme mencionado, de forma coletiva e com ampla participação, o Instituto trabalhou no detalhamento do Mapa Estratégico do Ibram, resultando no estabelecimento de ações estruturantes para o ano de 2019, com envolvimento direto dos museus.

Ao longo de 2019 foram realizadas Reuniões de Análise Estratégicas - RAE's com a finalidade de apresentar os resultados periódicos da execução dessas ações estratégicas.

As RAE's são eventos gerenciais dos quais participam a alta gestão do Ibram, na qual é avaliado os avanços no desempenho da sua estratégia institucional, no cumprimento da sua missão, na realização da visão e na promoção dos valores institucionais, com base no desempenho dos indicadores e metas estabelecidas, ou seja, sendo o apoio da estrutura de governança à capacidade da Unidade de Prestação de Contas – UPC de gerar valor.

Tem como objetivo apontar os possíveis desafios e disfunções da execução estratégica institucional definida durante o planejamento por meio do acompanhamento, de forma continuada, do desempenho dos elementos associados aos seus objetivos estratégicos: os indicadores, as metas e as iniciativas estratégicas, contribuindo para a institucionalização e o monitoramento do plano institucional.

Apresentamos, a seguir, a distribuição das ações nas estratégias e objetivos estratégicos do Mapa do Ibram.

Estratégias: Pilares que norteiam o Ibram e estruturam os objetivos

✓ **Estratégia 1 – Preservação, difusão e acesso**

Nesta estratégia estão declarados os objetivos relativos às ações que visam a preservação, difusão do patrimônio museológico brasileiro e a ampliação do patrimônio museológico. Apresentada como a

primeira estratégia, reflete o *core business* do Ibram, contemplando as principais linhas de atuação e que por sua característica traz os objetivos estratégicos que serão perenes ao órgão para além dos 3 anos de planejamento deste ciclo estratégico. É composta de 3 Objetivos Estratégicos:

- Ampliar o acesso ao patrimônio museológico;
- Preservar o patrimônio museológico brasileiro; e
- Promover e difundir o patrimônio museológico brasileiro.

Em 2019, 78 ações foram definidas para serem executadas nesta estratégia. Dessas, 61 concentradas no Objetivo estratégico “Preservar o patrimônio museológico brasileiro”.

✓ **Estratégia 2 – Sustentabilidade (social, cultural, econômica e ambiental)**

A sustentabilidade é um dos grandes desafios da atualidade, abordando temas sob a ótica social, cultural, econômica e ambiental. Declarada como uma das estratégias de resultado do Ibram a sustentabilidade ganha destaque no órgão e busca ponderar sobre o equilíbrio dos recursos disponíveis, o fortalecimento das tradições locais, da identidade e dos laços de pertencimento.

Sob essa estratégia, o Ibram preconiza o desenvolvimento de atividades de conscientização sobre a corresponsabilidade individual para a construção da coletividade e a importância da participação comunitária, da economia solidária e criativa, além de valorizar a cultura local, de modo a fomentar o

equilíbrio entre tradição e inovação e o aperfeiçoamento da gestão museológica sustentável com a construção de um banco de projetos sobre sustentabilidade.

É composta de 4 Objetivos Estratégicos:

- Estimular a função social de museus;
- Estimular e fomentar o desenvolvimento de iniciativas de memória social;
- Estimular e apoiar o desenvolvimento de políticas socioambientais no campo museal; e
- Contribuir para o desenvolvimento das potencialidades socioeconômicas do campo museal.

Em 2019, 16 ações foram definidas para serem executadas nesta estratégia. Dessas, 6 concentradas no Objetivo estratégico “Estimular e apoiar o desenvolvimento de

políticas socioambientais no campo museal”.

✓ **Estratégia 3 – Geração e difusão de conhecimento**

Historicamente os museus se consolidaram como espaços para ceder e construir o conhecimento e a cultura, constituem ambientes ricos e surpreendentes, que podem despertar a curiosidade ou inspirar novas ideias. Neste contexto, ao declarar como uma de suas Estratégias a Geração e a difusão de conhecimento, o Ibram toma por si esses conceitos e materializa por ações voltadas ao fortalecimento e consolidação da função educativa nos museus e processos museais, bem como o estímulo, produção e difusão do conhecimento sobre o campo museal, no qual vem sendo referência no campo.

A Estratégia de Geração e difusão de conhecimento é composta de 2 Objetivos Estratégicos:

- Fortalecer a dimensão educativa nos museus e processos museais; e
- Estimular, produzir e difundir conhecimento e informação sobre o campo museal.
- Em 2019, 7 ações foram definidas para serem executadas nesta estratégia, todas concentradas no Objetivo estratégico “Estimular, produzir e difundir conhecimento e informação sobre o campo museal”.

✓ **Estratégia 4 – Gestão, normatização e regulação**

Caracterizado como as principais funções administrativas do Ibram, a gestão, normatização e regulação, como estratégia, trata da estruturação do campo museal em

termos de políticas, procedimentos, normas e regulamentos, tendo como principal arcabouço legal o marco regulatório.

A Estratégia conta com 5 Objetivos Estratégicos:

- Gerir a Política Nacional de Museus em articulação com unidades da federação e demais atores do campo;
 - Construir o PNSM 2020/2030 em articulação com o campo museal;
 - Promover a qualificação de agentes do campo museal;
 - Aprimorar e estimular o uso da TI como instrumento de inovação para o campo museal;
 - Desenvolver e aplicar os instrumentos necessários à plena implementação do marco regulatório.
- Em 2019, 13 ações foram definidas para serem executadas nesta estratégia. Dessas, 7 concentradas no Objetivo Estratégico

“Promover a qualificação de agentes do campo museal”.

✓ **Estratégia 5 – Governança Interna**

Declarada como a Estratégia que contempla a gestão e governança institucional do Ibram, preconiza as formas de direção, controle e monitoramento institucional por meio de 3 Objetivos Estratégicos:

- Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação interna e de relacionamento institucional;
- Qualificar modelos de gestão institucional; e
- Criar e aperfeiçoar instrumentos de gestão;

Em 2019, 4 ações foram definidas para serem executadas nesta estratégia. Dessas, 3 concentradas no Objetivo estratégico “Criar e aperfeiçoar instrumentos de gestão”.

✓ **Estratégia 6 – Suporte**

Declarada como um mecanismo para a viabilização e operacionalização institucional do Ibram, a Estratégia de Suporte está atrelada aos temas relacionados à tecnologia da informação, infraestrutura, administração e logística e busca pelo aprimoramento do processo orçamentário.

A Estratégia é composta de 3 Objetivos Estratégicos:

- Fortalecer o aporte tecnológico como ferramenta de gestão;
- Assegurar infraestrutura, administração e logística; e
- Potencializar a articulação e captação de recursos orçamentários.

Em 2019, 13 ações foram definidas para serem executadas nesta estratégia. Dessas, 12 concentradas no Objetivo estratégico

“Fortalecer o aporte tecnológico como ferramenta de gestão”.

✓ **Estratégia 7 – Gestão de Pessoas**

Gestão de pessoas é o conjunto de estratégias empregadas por empresas para desenvolver seu capital humano. No Ibram essa Estratégia declarada trata dos mecanismos de valorização dos servidores e colaboradores numa perspectiva humana e organizacional e da estruturação da política de gestão de pessoas que representa o principal instrumento de gestão de pessoas do órgão.

A Estratégia é traduzida em 2 Objetivos Estratégicos:

- Aperfeiçoar mecanismos de valorização dos servidores e colaboradores; e
- Estruturar a política de gestão de pessoa

Em 2019, 16 ações foram definidas para serem executadas nesta estratégia. Dessas, 13 concentradas no Objetivo estratégico “Aperfeiçoar mecanismos de valorização dos servidores e colaboradores”.

3. Resultados e desempenho da gestão

No Item 1, apresentamos a distribuição, por Estratégia e Objetivos Estratégicos, das ações mapeadas para o ano de 2019, bem como a governança do Ibram. Neste Item, discorreremos sobre os resultados alcançados, as entregas, os desafios enfrentados e as expectativas para os próximos anos.

Do total de ações mapeadas, tivemos um percentual de alcance de 100% em 59 das 141, as demais variaram de 75% - 25% de alcance, os desempenhos das ações foram monitorados e justificados durante o ano.

Apesar dos esforços dedicados ao avanço das ações para o campo e garantia do acesso ao patrimônio museológico brasileiro, foram relevantes os desafios que vimos enfrentando nos últimos anos.

Em 2019 houve instabilidades geradas pelas transferências de subordinação e mudanças de comando que a Secretaria Especial da Cultura enfrentou, acarretando descontinuidades de projetos que dependiam diretamente da decisão da alta administração.

Continuamos enfrentando dificuldades quanto a recursos orçamentários, financeiros e de pessoas, o que tem limitado a atuação deste Instituto nas entregas e melhorias para o campo.

Assim, o Instituto dedicou esforços no avanço das ações sob sua governabilidade que tinham como estratégia a preservação, difusão e acesso, resultando em 69% do total de ações concluídas concentradas no Objetivo de preservação, difusão do patrimônio museológico brasileiro e à ampliação patrimônio museológico brasileiro.

Foram mapeadas 16 ações com a estratégia de aperfeiçoar a gestão de pessoas do Instituto, tendo um percentual de alcance de 60% do planejado, considerando os desafios externos nos quais não há governabilidade, a exemplo de Decretos do Ministério da Economia acerca da nova Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas.

Apesar do cenário adverso, tivemos significativas entregas para a sociedade no ano de 2019, que se encontram em consonância com os objetivos estratégicos apresentados no nosso Mapa Estratégico, detalhadas a seguir.

3.1 Entregas 2019

3.1.1 Gestão da Política Nacional de Museus (PNM)

É responsabilidade do Ibram a gestão da Política Nacional de Museus (PNM), que promove a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerados como dispositivos de inclusão social e cidadania.

São Instrumentos da PNM, o Registro de Museus, o Cadastro Nacional de Museus (CNM), o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (INBCM), o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), o Declaração de Interesse Público (DIP), o Programa de Fomento aos Museus e à Memória Brasileira e o Formulário de Visitação Anual (FVA).

Destacam-se oito ações:

a) Política Nacional de Educação Museal (PNEM)

- Lançamento do novo site em 2019.

b) Programa Pontos de Memória (PPM)

- Recriação do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória, por meio da Portaria nº 301, de 9 de setembro de 2019;
- Produção de conteúdos EAD para a capacitação em conceitos e práticas da museologia social por meio da plataforma Saber Museu;

c) Programa Saber Museu

- Lançamento do Programa Saber Museu em 2019, cujo objetivo é capacitar e difundir o conhecimento relevante para o desenvolvimento do setor museu e para o aprimoramento de sua gestão;
- Lançamento do site Programa Saber Museu (que reúne os diversos materiais e outras plataformas do Ibram) em 2019;
- Produção de 6 cursos EAD, com lançamento de dois deles em 2019 e divulgação de calendário para outros 4 cursos.
- Produção e lançamento de 3 videoaulas, 3 animações, 1 tutorial, 18 podcast e 1 publicação online em 2019.

d) Declaração de Interesse Público – DIP

- Regulamentada pela Resolução Normativa Nº 2, de 29 de maio de 2019, a Declaração de Interesse Público (DIP) é um dispositivo legal voltado à proteção de bens culturais musealizados ou passíveis de musealização, de propriedade pública ou particular, cuja

proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade representem valor cultural de destacada importância para o país, respeitada a diversidade cultural, regional, étnica e linguística

e) Fiscalização

- O Ibram criou o Grupo de Trabalho com vistas a promoção de estudos, proposição de modelo e execução de consulta pública sobre a minuta de ato normativo propondo a regulação e fiscalização pelo Ibram em atendimento ao Estatuto de Museus e às competências do Ibram. Portaria Ibram nº 335, de 10 de outubro de 2019.
- Após consulta interna realizada de 20/11/2019 à 06/12/2019, o documento foi submetido à consulta

para participação do campo 06/01/2020 à 20/02/2020.

f) Registro de Museus

- 278 registros realizados (até dez 2019);
- 64 Solicitações de Registro (até dez 2019).

g) Plataforma Tainacan Museus – Programa Acervos em Rede

- Adequação dos museus do Ibram ao Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados;
- Customização, padronização e implementação de interoperabilidade das informações das coleções publicadas para viabilização de serviços de busca e recuperação integrada no acesso digital ao acervo museológico dos museus do Ibram;
- O Projeto contempla, para 2020/2021, a implementação do serviço de busca integrada nas coleções digitais integradas à rede e uma ferramenta de catalogação e difusão de acervos museológicos para os museus brasileiros.

h) Aprovação dos Planos Museológicos - Museus Ibram

O Plano Museológico é uma ferramenta de gestão estratégica, cuja estrutura é orientada pelo Estatuto de Museus e outras normativas infralegais. Ele é composto por um diagnóstico que pauta o desenvolvimento de Programas e Projetos, que devem ser executados em um prazo entre 4 a 5 anos.

O Ibram promoveu a revisão de 56% dos Planos Museológicos de seus museus. São eles:

1. Museu Histórico Nacional;
2. Museu da Abolição;

3. Museu do Diamante;
4. Museu da Inconfidência;
5. Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya;
6. Museu Villa-Lobos;
7. Museu Casa Histórica de Alcântara;
8. Museu de Arte Sacra de Paraty e Museu Forte Defensor Perpétuo;
9. Museu Regional de São João Del-Rei;
10. Museu Casa dos Ottoni;
11. Museu Casa da Hera;
12. Museu Regional de Caeté;
13. Museu Imperial / Casa Geyer;
14. Museu das Missões;
15. Museu Victor Meireles;
16. Museu do Ouro;
17. Museu Benjamin Constant.

3.1.2 Ações de Promoção dos Museus Brasileiros

As ações de promoção dos museus brasileiros têm como principal objetivo estimular a participação de instituições museológicas e culturais, por meio da sensibilização dos diretores e gestores, fortalecendo a imagem dos museus, aumento à visibilidade e o aumento de público. A **Semana Nacional de Museus** (maio) e a **Primavera dos Museus** (setembro) são ações anuais coordenadas pelo Ibram, com duração de uma semana. Museus de todo país são convidados a organizarem atividades para atrair mais visitantes. A partir de um tema escolhido pelo Instituto, os museus desenvolvem múltiplas atividades: show, teatro, seminário, exposição, cinema, visita mediada, debate, lançamento de livro, workshop, festival.



O aumento médio anual de instituições participantes desde a criação da Semana, em 2003, é de 22%. De acordo com a Pesquisa da Semana Nacional de Museus – Série Histórica, realizada pelo Ibram desde 2011, registra-se um aumento médio de 122% do número de visitantes aos museus durante esta ação, em comparação ao número de visitantes da semana anterior a sua realização.

3.1.3 Apoio ao Museu Nacional – UFRJ/RJ

Além das ações de apoio técnico que o Ibram vem desenvolvendo com o Museu Nacional desde a tragédia do incêndio, ocorrido em setembro de 2018, foi assinado um Protocolo de Intenções para fins de continuidade de colaboração entre o Ibram e o Museu.

No âmbito deste Protocolo de Intenções, foi realizada uma oficina de Plano

Museológico: planejamento estratégico para museus, de 07 a 11 de outubro, em parceria com a Secretaria de Cultura Criativa do Estado do Rio de Janeiro, no auditório do Escritório de Representação Regional – RJ em cumprimento ao Protocolo de intenções com os museus da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e atendimento ao TCU.

Os dois últimos dias foram voltados para estudo de caso do Museu Nacional – UFRJ, fato que resultou na minuta de Plano Museológico, com a especificação da missão, visão, valores, matriz SWOT, objetivos estratégicos e os Programas Institucional e Acervos.

3.1.4 Difusão dos Acervos

O Ibram promove parcerias que democratizam e promovem o acesso ao vasto patrimônio que os museus brasileiros e seus acervos preservam.

Cinco projetos se destacam relacionados à difusão dos museus e dos seus acervos:

a) Série Conhecendo Museus

A série é uma iniciativa inédita de coprodução entre a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), TV Escola – Ministério da Educação (MEC), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e Fundação José de Paiva Netto (FJPN). Até o momento, resultou em 4 temporadas do programa, totalizando 142 episódios sobre 150 museus brasileiros.

Em 2019 foi finalizada a edição dos 20 episódios gravados com lançamento previsto para abril de 2020

Todos os episódios produzidos ficam disponíveis no site do programa: www.conhecendomuseus.com.br; e pelo canal You-Tube, na rede mundial de computadores.

b) Projeto Google Arts & Culture

Em busca da ampliação do acesso aos bens musealizados, o Ibram desenvolveu uma parceria com a empresa Google, por meio da sua plataforma Arts & Culture. O projeto utiliza produtos e serviços da Google, tais como o Art Camera e o Street View, para tornar as obras de artes mais acessíveis às pessoas do mundo inteiro;

A página específica do Ibram e de 5 dos seus Museus no Google Arts&Culture apresenta os seguintes produtos: narrativas virtuais, tour virtual pelo museu, imagens em altíssima definição com a “Art Camera” e utilização de recursos diferenciados de busca e visualização; os museus

participantes até o momento são: Museu Imperial, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Museus Castro Maya e Museu Lasar Segall;

Em 2019, foi iniciada nova etapa de captura de imagens junto ao Google com novo recebimento do equipamento Art Camera no Museu Imperial e na Casa Geyer para produção de novas imagens em altíssima resolução dos acervos dessas duas unidades museológicas. Esses novos acervos digitais devem ser lançados na plataforma em 2020. Também se deu início à articulação para desenvolvimento de projeto de digitalização do acervo de numismática e arquivístico do Museu Histórico Nacional, no âmbito da parceria entre Ibram e Google, por meio do equipamento Scanner Google. Esse equipamento está previsto para chegar ao Brasil a partir de abril de 2020 para iniciar a digitalização de 90 mil peças de

numismática do MHN e mil itens do acervo arquivístico.

Para o ano de 202 e 2021, ainda está prevista outras etapas do projeto envolvendo novos acervos do Museu Nacional de Belas Artes, a criação das páginas do Museu da República e do Museu Villa-Lobos, juntamente com as capturas de imagens do acervo desses dois museus.

c) Tainacan Museus

A plataforma Tainacan é uma ferramenta online para a criação de repositórios digitais com sistemas de busca integrada, configuração de metadados e difusão dos acervos em rede com foco em mídias digitais. Tem por objetivo atender às necessidades de inventário, catalogação e difusão dos acervos dos museus;

Por meio do Tainacan, com assessoramento cotidiano dos técnicos do Ibram, buscamos instrumentalizar o campo museal com

ferramentas sistêmicas capazes de aperfeiçoar a gestão, catalogação e divulgação do patrimônio cultural musealizado;

Essa iniciativa tem como objetivo a oferta ampliada da ferramenta para todos os museus, bem como formação no uso estratégico de mídias sociais para difusão de acervos digitais em rede, conforme abaixo:

- 14 museus do Ibram com seus acervos online;
- Mais de 50.000 itens de acervos museológicos catalogados;
- Cerca de 12.000 itens com informações disponibilizadas online;

O projeto contempla para 2020/2021 a implementação do serviço de busca integrada dos acervos museológicos dos museus do Ibram, assim como a disponibilização da ferramenta Tainacan

para todos os museus e outros serviços que exploram a participação e o diálogo do cidadão interessado com o patrimônio museológico digital.

3.1.5 Ampliação de Acervos

Até 2019, foram apreendidos pela Receita Federal 2.928 bens culturais, destinados pelo Ibram a museus brasileiros. Mais de 775 obras doadas ou adquiridas, por meio de leilões ou parcerias com o Instituto Itaú Cultural e as Associações de Amigos de Museus Ibram.

3.1.6 Produtos Associados a Acervos Musealizados

A difusão dos acervos por meio de produtos é uma importante estratégia de marketing para os museus, tendo em vista o potencial de a sua marca e seus acervos serem levadas pelos visitantes e turistas, para além da cidade em que se situa o museu. Ademais, as atividades de comercialização dos

museus, por meio das lojas ou cafeterias, agregam conforto à visita do cidadão-turista.

Foram desenvolvidos portfólios de produtos para quatro museus (Museu de Caeté, Museu-Casa da Hera, Museu-Casa da Princesa e Museu Vitor Meirelles) e produzidos 10.200 unidades de produtos para três unidades museais. Dentre os produtos disponibilizados havia 3 modelos de canecas em cerâmica, 3 tipos de caderneta tipo moleskine, e 3 tipos de cadernos com espirais, chaveiros, lápis de várias artes e cores, 9 modelos de camisetas em várias estampas e cores, marca-páginas com nove artes e cores diferentes, 3 modelos de chaveiros, 9 modelos de cartões postais e 3 modelos de ecobags.

A experiência foi rica e permitiu o aprimoramento da experiência do Ibram em difundir os acervos museológicos por meio

de artigos. Os produtos, especialmente criados para a promoção da imagem institucional dos museus, obtiveram retorno bastante positivo por onde foram apresentados. A maior parte do material foi encaminhada aos museus a que fazem referência para comercialização e difusão do acervo. Encontra-se em fase de avaliação a experiência junto a cada museu, o qual subsidiará iniciativas afins no futuro. Encontra-se em fase de criação e desenvolvimento produtos inspirados nos acervos do Museu Benjamin Constant, Museu Victor Meireles, Museu do Diamante, Museu Villa Lobos e Museu Histórico Nacional.

3.1.7 Ações de cooperação no campo museológico

No segundo semestre de 2019, foi lançada a publicação bilíngue do Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade e do seu

Glossário, o primeiro vídeo para as redes sociais sobre sustentabilidade no âmbito do Programa Ibermuseus, bem como o apoio à realização do primeiro curso de capacitação sobre sustentabilidade, na cidade de Montevideo, no Uruguai. A participação de representante do Ibram nessa capacitação teve como objetivo o fortalecimento da atuação do Brasil no desenvolvimento e Coordenação da Linha de Ação de Sustentabilidade, do Programa Ibermuseus, e a constituição de uma rede de profissionais voltados para a temática de sustentabilidade no âmbito da Ibero-américa. Também apoiou a realização da multiplicação relativa ao curso de Capacitação em Sustentabilidade das Instituições e Processos Museais no âmbito do Brasil, em São Paulo, como desdobramento da ação realizada em Montevideu, favorecendo o estreitamento de relações com o Sistema

Estadual de Museus de São Paulo e fortalecimento dos debates sobre a temática de sustentabilidade no estado.

Para 2020, estão previstas: a produção e disponibilização de mais 4 vídeos sobre sustentabilidade no âmbito do Programa Ibermuseus, os quais são produzidos com o apoio técnico do Ibram; a realização da oficina de elaboração de indicadores sobre sustentabilidade, a ser integralmente desenvolvida pelo Ibram com apoio do governo do Equador; o desenvolvimento e publicação de um guia de “Autoavaliação de sustentabilidade em Museus” e a publicação Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade em inglês, os dois últimos sob responsabilidade do Ibram.

3.1.8 Articulação Intersetorial entre Museus e Turismo

O Ibram participa do Comitê Interministerial de Gestão Turística do

Patrimônio Mundial, composto por membros do Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente, Embratur, Iphan, Ibram, ICMBio e Confederação Nacional de Municípios – CNM. Esse Comitê tem como objetivo desenvolver a Política Nacional de Gestão Turística dos Sítios do Patrimônio Mundial e o Programa Nacional de Turismo Cultural e Natural – PNTCN.

Entre os dias 12 e 13 de setembro de 2019, foi realizado o I Seminário Internacional do Programa Nacional de Turismo Cultural e Natural, com o objetivo de discutir a construção dos indicadores do Programa. O instrumento será aplicado de forma piloto em Ouro Preto, em Foz do Iguaçu e nos Fortalezas de Santa Catarina.

O Relatório parcial desses três pilotos foi enviado aos parceiros no início de 2020 para avaliação e considerações.

Entre os dias 12 e 13 de setembro, foi realizado o I Seminário Internacional do Programa Nacional de Turismo Cultural e Natural, com o objetivo de discutir a construção dos indicadores do Programa. O instrumento será aplicado de forma piloto em Ouro Preto e em Foz do Iguaçu. Entre as entregas está a elaboração de um modelo de gestão padrão para aplicação prioritariamente nos 21 Sítios do Patrimônio Mundial.

3.1.9 Centro Cultural dos Poderes da União

Fruto de Acordo de Cooperação Técnica assinado no final de 2018 entre o Ibram, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal e Presidência da República, com o objetivo de desenvolver e implantar o Centro Cultural dos Poderes da União, que será instalado no antigo Clube dos Servidores, situado no Setor de Clubes

Norte. Com área de 80 mil m² e de propriedade da União, o espaço já está cedido para esta finalidade.

Entre as ações desenvolvidas em 2019, foram criados grupos de trabalho que têm como objetivos avaliar e criar as condições necessárias para o início das ações de restauração do espaço e de planejamento do Museu, quais sejam: Jurídico; de Exposição; de Paisagismo; de Infraestrutura/Reforma e de Segurança, de modo a elaborar os diagnósticos iniciais.

Pelo acordo assinado, o Ibram é responsável por oferecer assessoramento técnico, orientações e esclarecimentos exigidos para a concepção e planejamento do centro cultural. São indicados servidores para o acompanhamento das ações pactuadas.

Considerando as questões políticas, institucionais e orçamentárias ocorridas em 2019, as atividades desse GT estão

paralisadas, devendo ser retomadas em 2020.

3.1.10 Museu de Tecnologia do SESI/Diretoria Nacional

No segundo semestre de 2019 a Diretoria Nacional do SESI entrou em contato com o Ibram para solicitar apoio institucional e técnico para a criação de um novo museu, pertencente ao SESI/CNI voltado para o desenvolvimento tecnológico. Esse museu terá duas unidades, uma no centro de São Paulo e outra no centro de Brasília.

A partir das tratativas foi elaborado um Plano de Trabalho de 4 anos para o desenvolvimento do Acordo de Cooperação, com a definição das atividades e produtos esperados de cada parte, bem como assinado o Acordo, que será assinado e desenvolvido a partir de 2020.

3.1.11 Oficina de Design para o Desenvolvimento de Produtos Artesanais Inspirados em Acervos de Museus

Realizada oficina no Museu de Caeté, com conteúdo que ofereceu a artesãos e artesãs conhecimento sobre como criar produtos que dialogam com os acervos dos museus com supervisão do processo produtivo por um designer de produto.

Encontra-se em articulação com o SEBRAE uma colaboração para, nas próximas oficinas, ser incluído módulo sobre precificação de produtos artesanais. A primeira oficina gerou, como resultado da experiência com as bordadeiras de Caeté, uma publicação que se encontra em fase de revisão final e impressão.

3.2 Principais Desafios

- Aumento da eficiência do Instituto para compensar o número cada vez menor de servidores;
- Implantar uma cultura da Inovação e da busca por soluções inovadoras para problemas recorrentes;
- Estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada para compensar os recursos públicos limitados;
- Implantação do PagTesouro para o processamento eletrônico do recolhimento de receitas e desenvolvimento de Loja Virtual para a difusão dos acervos Ibram por meio de Produtos;
- Modernização da forma como os ingressos das Unidades Museológicas é comercializado;
- Redução do número de UASG pelo Governo Federal, o que pode

centralizar demais a gestão de alguns museus Ibram;

- Recomposição das equipes;
- Realização do Fórum Nacional de Museus;
- Desenvolvimento do Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados – INBCM;
- Assessoramento técnico à Casa Civil da Presidência da República, junto ao Grupo Técnico Interministerial – GTI dos museus federais;
- Implantação e normatização de políticas: Declaração de Interesse Público - DIP e Fiscalização de museus; Estabelecimento de infraestrutura de suporte e manutenção tecnológica para a plataforma Museusbr, que abriga os dados do Cadastro Nacional de

Museus, Registro de Museus e levantamentos de visitação;

- Implantação de novas funcionalidades na Plataforma Museusbr;
- Ampliação da operação do Registro de Museus com o estabelecimento de novos acordos de cooperação com sistemas de museus locais e entidades responsáveis;
- Migração e integração de dados das bibliotecas dos museus Ibram para um único sistema de gestão e difusão de acervos bibliográficos;
- Migração e integração de dados dos arquivos dos museus Ibram para um único sistema de gestão e difusão de acervos arquivísticos;
- Desenvolvimento e disponibilização aos museus brasileiros de solução

costumizada da ferramenta Tainacan; e

- Fortalecimento de infraestrutura, suporte e manutenção tecnológica para a ferramenta Tainacan.

4. Riscos, oportunidades e perspectivas

Uma das funções da gestão de riscos e controles internos é assegurar o alcance dos objetivos, por meio da identificação antecipada dos possíveis eventos que poderiam ameaçar o atingimento dos objetivos, o cumprimento de prazos, leis, regulamentos etc. e, implementar uma estratégia evitando o consumo intenso de recursos para solução de problemas quando estes surgem inesperadamente, bem como a melhoria contínua dos processos organizacionais.

No ambiente de trabalho, muitas vezes depara-se com fatores internos e externos

que tornam incerto o êxito do atingimento dos objetivos do projeto ou da atividade que se encontra em desenvolvimento.

Comprometido com o contínuo aperfeiçoamento da sua gestão, o Ibram iniciou o processo de implementação da gestão e riscos em 2018, cumprindo a primeira etapa do processo, instituiu o Comitê de Governança, Riscos e Controles com o objetivo de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança no âmbito do Instituto.

Subsequentemente, elaboramos a Política de Gestão de Riscos, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria- Geral da União, aprovada e publicada pelo Presidente do Ibram em 2019.

Em 2019, o Núcleo de Governança, Riscos e Controles do Ibram realizou visita técnica à unidade responsável pela gestão de riscos do Banco Central do Brasil, bem como da Controladoria-Geral da União com o intuito de observar a implementação das suas ações aperfeiçoar a metodologia de implementação de política de gestão de risco do Ibram.

4.1 Plano de Riscos da Integridade

O Programa de Integridade Pública é compreendido como uma medida administrativa de gestão estratégica com a finalidade de prevenir e combater potenciais atos de fraude e corrupção para que a organização preste serviços de qualidade e de forma eficiente à sociedade.

Em cumprimento à Portaria CGU nº 1089, de 25/04/2018, o Instituto criou o Comitê de Gestão do Programa de Integridade do

Ibram, com a finalidade de coordenar a elaboração do Programa a executar seu monitoramento e avaliação, por meio da Portaria 206, de 30/05/2018. Encerramos o ano com a elaboração do Plano de Integridade do Ibram concluído e encaminhado ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU).

http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/16747240).

Quadro 2. Abaixo o mapeamento de riscos da Integridade no processo de pregão eletrônico.

Gestão de Risco - Integridade no Processo de Pregão Eletrônico (CRL)																		
Processo	Objetivos	Descrição do Risco	Causa	Evento	Consequência/Impacto	Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco Inerente	Controles Existentes	Avaliação dos Controles	Nível de Risco Residual	Tipo de Tratamento	Medida de Tratamento	Ação	Responsável	Prazo	Situação
Pregão Eletrônico para serviços comuns	Garantir que o pregão eletrônico ocorra com integridade processual	1. Personalização do objeto de forma a direcionar a contratação;	Interesse particular;	Direcionamento da contratação	Restrição da competitividade; superfaturamento; ganhos ilícitos	Personalização do objeto	Alta (4);	Alto (4);	Risco extremo (16);	Análise técnica pela CRL; auditoria esporádica	Fraco (0.8);	Risco Elevado (12.8);	Mitigar o risco	Aumentar o número de modelos de especificações dos objetos, junto a CRL; Implementar rotina de estudo de mercado no comprasNET e no mercado em geral, pela área demandante;	Estabelecer como critério na análise processual o estudo de mercado; Implementar rotina de estudo de mercado no comprasNET e no mercado em geral;	Área demandante e CRL;	Seis meses (6);	Não iniciado;
		2. Pesquisa de mercado direcionada;	Interesse particular;	Pesquisa adulterada, não refletindo a realidade do mercado;	Superfaturamento, direcionamento, ganhos ilícitos	Pesquisa de mercado direcionada	Média (3);	Alto (4);	Risco elevado (12);	Análise técnica pela CRL na observância da IN 03 2017	Mediano (0.6)	Risco moderado (7.2);	Mitigar o risco	Verificação do atendimento da IN 03/2017 pela CRL;	Estabelecer rotina junto a CRL de verificação se a IN 03 está sendo atendida;	Área demandante e CRL;	Imediato;	Atendido;
		3. Análise tendenciosa do termo de referência/fase de planejamento; Conflito de interesse	Interesse particular;	Análise tendenciosa	Compra equivocada do objeto; Restrição da competitividade; Frustração do processo, visando favorecer empresas de interesse; Superfaturamento; Direcionamento;	Análise tendenciosa	Média (3); objetos específicos	Baixo (2);	Risco Moderado (6);	Análise jurídica; Análise por autoridade superior;	Satisfatório (0.4);	Risco Baixo (2.4);	Aceitar o risco	Realização de Auditorias internas;	Realização de auditorias periódicas por sorteio;	AUDIN;	Seis meses (6);	Não iniciado;
		4. Não prestar esclarecimentos, após a publicação do certame licitatório	Omissão de informações	Aquisição equivocada;	Impugnação do certame licitatório; Compra equivocada; Não atende as especificidades necessárias;	Impugnação do certame licitatório; Não prestar esclarecimentos	Muito baixa (1);	Alto (4);	Risco Moderado (4);	Recebimento por e-mail, restrito a equipe técnica DLC;	Fraco (0.8);	Risco Moderado (3.2);	Mitigar o risco	E-mail específico para recebimento de esclarecimentos, sendo amplo acesso; espaço no site do Ibram para registro e esclarecimentos;	Criação do e-mail específico; abertura de espaço no site Ibram;	CRL; CTINF;	Três meses	Não iniciado;
		5. Não acolhimento de recursos relevantes pelo pregoeiro, visando o interesse particular;	Recusa de análise relevante	Não acatamento do recurso relevante;	Direcionamento do certame licitatório	Não acolhimento de recursos relevantes pelo pregoeiro	Muito baixa (1);	Alto (4);	Risco Moderado (4);	Ata do pregão eletrônico;	Forte (0.2);	Risco Baixo (0.8);	Aceitar o risco	ComprasNET	Uso do CompraNET; Auditoria do pregão	CRL; Ministério do Planejamento;	Imediato;	Atendido;
		6. Encaminhar proposta com valores equivocados; Objeto distinto; Omissão na verificação da documentação	Interesse particular;	Análise tendenciosa	Direcionamento do certame licitatório	Homologação de proposta equivocada	Muito baixa (1);	Alto (4);	Risco Moderado (4);	Ata do pregão eletrônico;	Forte (0.2);	Risco Baixo (0.8);	Aceitar o risco	ComprasNET	Uso do CompraNET; Auditoria do pregão	CRL; Ministério do Planejamento;	Imediato;	Atendido;

Fonte: Plano de Gestão de Riscos da Integridade do Ibram, 2019

4.2 Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro

O Programa foi lançado em 2013, tem como principais objetivos: subsidiar as estratégias de ação do Ibram e orientar o conjunto dos museus brasileiros, no que se refere ao planejamento de ações que visam minimizar os riscos que ameaçam tanto os prédios onde estão instalados quanto suas coleções, funcionários e os públicos.

Sabendo-se dos dez riscos mais recorrentes nos museus (forças físicas; furto, roubo e vandalismo; fogo; água; pragas; poluentes; luz e radiação ultravioleta e infravermelha; temperatura incorreta; umidade incorreta e dissociação), o Ibram tem desenvolvido estratégias para colaborar com os museus na mitigação ou ações em respostas a esses riscos, destacando-se:

- Elaboração de 9 Planos de Gestão de Riscos de 2015 a 2019 nos seguintes Museus Ibram: Museu Nacional de Belas Artes – 2015; Museu da Abolição – 2017; Museu Lasar Segall – 2017; Museu do Ouro/Casa Borba Gato -2017; Museu das Missões – 2019; Museu Regional de Caeté – 2019; Museu da Inconfidência – 2019; Museu de Arqueologia de Itaipu – 2019; Museu das Bandeiras – 2019;

- Tradução da Cartilha de Gestão de Risco, para o espanhol, com o propósito de ser utilizada como referência em todos os países da Ibero-América;
- Oficinas de Gestão de Riscos para os museus Ibram e campo museológico em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Brasília e Laguna – Santa Catarina (participação do Ibram no Encontro Catarinense de Museus).

✓ **Acordo com o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro**

Assinatura de acordo de cooperação para troca de experiências e estreitamento institucional.

✓ **Cadastro Nacional de Bens Musealizados Desaparecidos.**

- Campanha de sensibilização, estímulo à informação e divulgação do Cadastro nas mídias sociais;
- Envio de ofícios aos Museus Federais para alimentação tempestiva de informações sobre o desaparecimento de bens musealizados; e
- Lançamento do Banco de Voluntários para a formação de Forças tarefas em caso de emergência.

4.3 Acórdão TCU nº 1243/2019 – Plenário - Planos de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado dos Museus Federais

Em maio de 2019, o Ibram recebeu o Acórdão TCU nº 1243/2019 – Plenário, resultado de levantamento posterior ao incêndio do Museu Nacional da UFRJ que teve por objetivo verificar as condições de segurança de patrimônio dos museus sob a responsabilidade de órgãos ou entidades federais – além de identificar os principais riscos e oportunidades de melhoria na gestão patrimonial e orçamentária desses equipamentos públicos. O Acórdão evidenciou a atuação do Ibram como estratégica e orientadora para o setor, responsável por orientar e dar subsídios aos museus federais vinculados aos demais órgão do executivo federal.

Em resumo, o Acórdão, relaciona as seguintes atribuições:

I. Objetivo do Acórdão

O documento dá determinações a ministérios e órgãos do executivo que possuem museus para que, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República e coordenação técnica do Ibram, adotem medidas em respeito aos princípios administrativos da legalidade, da eficiência, da economicidade, da transparência, do planejamento e da prevenção de risco patrimonial

II. Órgãos envolvidos

Casa Civil da Presidência da República (Coordenação Geral);

Ministério da Educação;

Ministério da Defesa;

Ministério do Turismo (Secretaria Especial da Cultura);

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações;

Ministério das Relações Exteriores;

Ministério da Economia (Secretaria de Tesouro Nacional);

Ministério da Justiça; e

Ibram – Apoio Técnico

III. Determinação

Apresentar plano de ação estabelecendo um conjunto de medidas de segurança para a preservação predial e dos acervos dos museus federais (458), no prazo de 180 dias. Prorrogação de prazo ao TCU: mais 360 dias do prazo inicial.

IV. Desdobramentos

Em atendimento ao Acórdão, o Ibram se antecipou em consultar todos os museus federais, cadastrados em nossos bancos de dados, a fim de identificar os interlocutores para o desenvolvimento do trabalho.

Em resposta ao Acórdão, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 13 de dezembro, o Decreto Nº 10.175 que institui o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Museus Federais, com o auxílio de dois Grupos de Trabalho técnicos.

O GTI é composto por representantes do Ibram, da Casa Civil, do Ministério do Turismo, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, do Ministério da Defesa, do Ministério da Educação, do Ministério do Meio Ambiente e da Advocacia-Geral da União.

Cabe ao Ibram o assessoramento técnico quanto as questões relativas ao campo museal e à Casa Civil caberá a articulação junto aos Ministérios que possuem museus em suas estruturas administrativas.

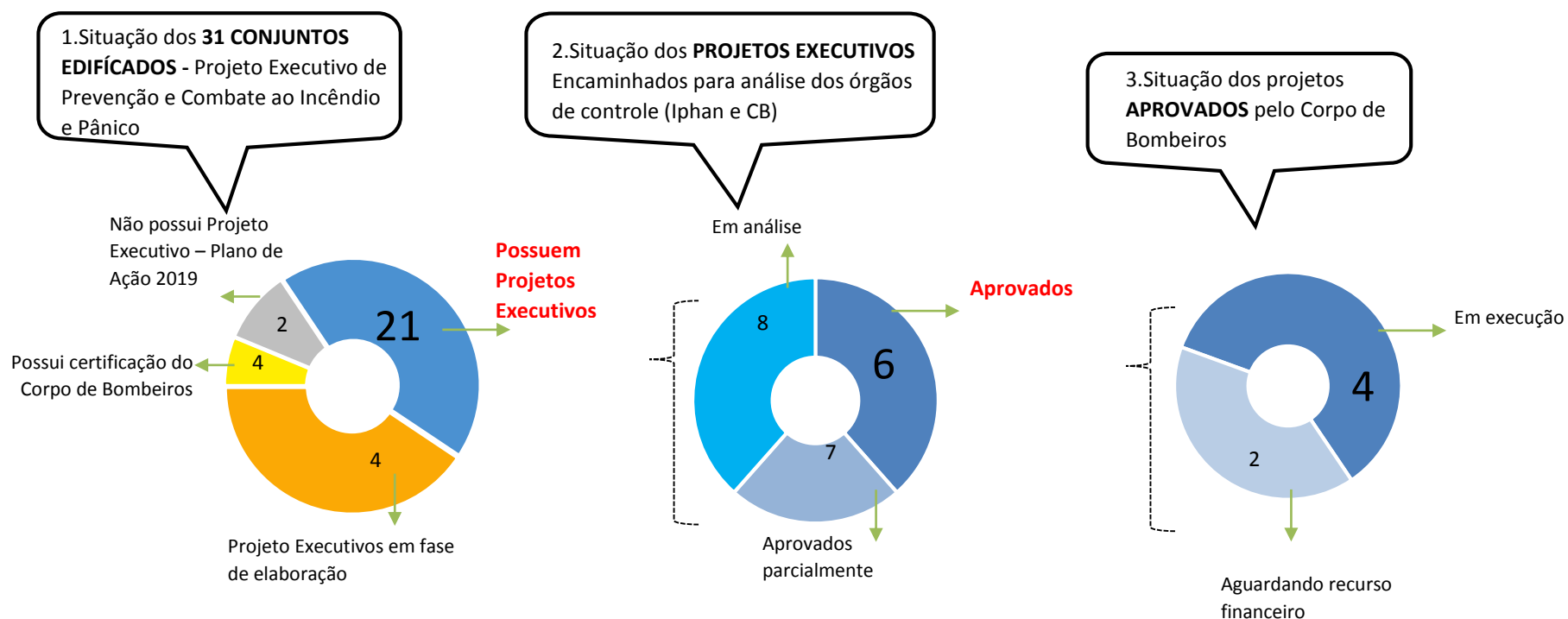
Resultado: Plano de Ação subscrito pelos titulares dos órgãos participantes.

✓ **Perspectivas**

- Conseguir mais aproximação com o campo para efetivarmos parcerias em prol das ações de promoção do Ibram; e
- Trabalhar a comunicação interna de forma adequada; unidade entre sede e museus Ibram.

4.4. Gestão dos Planos de Prevenção e Combate ao Incêndio e Pânico - PPCIP

De 31 conjuntos edificados do Ibram, cerca de 21 possuem projetos de prevenção e combate ao incêndio e pânico, em 2019. Os projetos executivos foram encaminhados para análise do corpo de bombeiros, sendo que 6 projetos já foram aprovados. Cabe destacar que cada estado tem uma legislação própria sobre PPCIP, não estando sob a governabilidade do Ibram a aprovação desses projetos.



5. Gestão de pessoas

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/90 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Ibram observa o conjunto de normas e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal no acompanhamento das publicações no Diário Oficial da União e resenhas de gestão de pessoas encaminhadas pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

5.1. Avaliação da força de trabalho

A força de trabalho do Ibram é composta por servidores oriundos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que passaram a integrar o Quadro desta Autarquia, quando da sua criação, servidores nomeados por aprovação no concurso realizado em 2010 e servidores requisitados.

O exercício de 2019 encerrou-se com 514 servidores representando uma diminuição de quase 10% do quadro geral em relação a 2018.

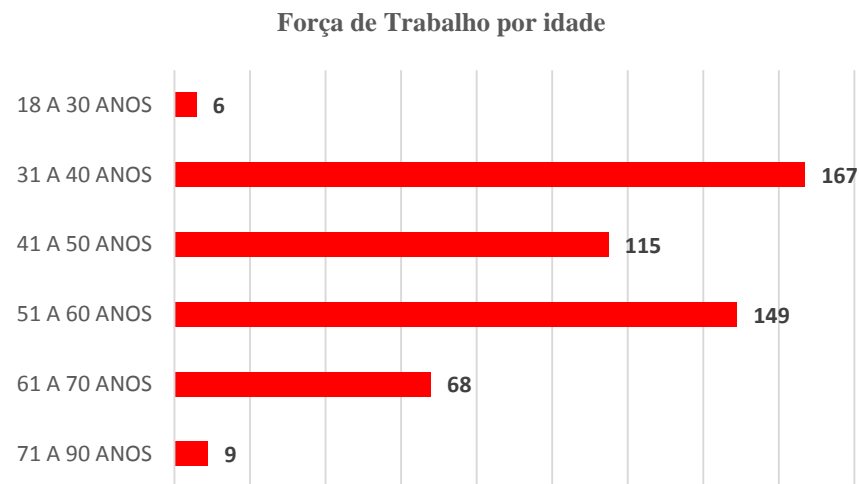
Tabela 01 – Força de trabalho do Ibram em 2019

Composição da Força de Trabalho – Distribuição por Situação Funcional					
At. Perman.	Requisitados	Cedidos	Anistiados	Sem Vínculo	Outros
78%	7%	4%	3%	5%	3%
399	36	20	14	28	17

Fonte: SIAPE, 2020

O quadro permanente de pessoal do Ibram é formado prioritariamente por servidores cuja faixa etária está compreendida entre 31 e 60 anos. Cerca de 20% do quadro efetivo do Instituto já adquiriram condição de aposentadoria. O maior motivo de evasão dos servidores do Ibram em 2019 é aposentadoria, totalizando 67.

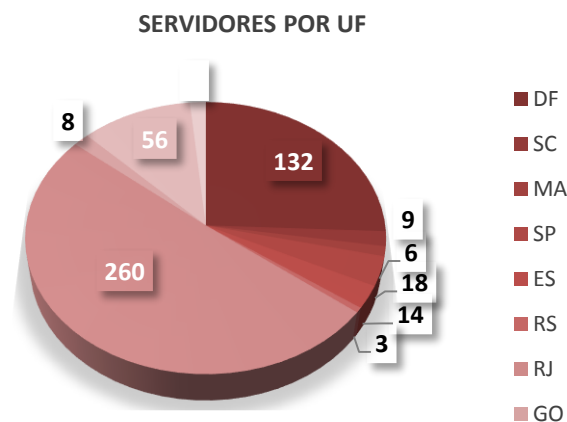
Gráfico 01 - Distribuição da Força de Trabalho do Ibram por idade em 2019



Fonte: SIAPE, 2020

O Gráfico 2 expressa a concentração de 260 servidores no Rio de Janeiro, local em que há mais unidades museológicas Ibram, o que representa 51% da força de trabalho do Instituto, seguido por 132 (26%) na sede em Brasília, e 56 (11%) em Minas Gerais.

Gráfico 02 – Distribuição dos servidores do Ibram por UF em 2019



Fonte: SIAPE, 2020

No que se refere à distribuição dos cargos comissionados (Tabela 2), pode-se verificar que 70 cargos em comissão DAS, níveis 1, 2, 3 e 4, 61% estão ocupados por servidores de carreira, percentual superior ao mínimo estabelecido no Decreto nº 5.497/2005.

Tabela 02 - Distribuição Dos Servidores Por Situação Funcional

Situação	QTD
Ativo permanente	399
Requisitado	36
Nomeado cargo comis.	28
Req.de outros órgãos	2
Exerc descent carreira	14
Exercício provisório	1
Exerc.§7º art93 8112 - anistiado	14
Em efetivo exercício	494
Cedido	20
Aposentado	215
Beneficiário pensão	14

Fonte: SIAPE, 2020

A estruturação da política de gestão de pessoas para cumprimento do objetivo estratégico de manter o quadro funcional efetivo suficiente e qualificado para o alcance das metas institucionais, tem sido um desafio enfrentado anualmente. Diversas solicitações têm sido encaminhadas ao Ministério da Economia, objetivando autorização para realizar concurso público.

Foram utilizadas duas ações estratégicas para minimizar a carência de pessoal no Instituto: publicação de edital para viabilizar a requisição e a movimentação de servidores de outros órgãos federais com interesse em prestar serviço ao Ibram e a instituição do Programa de Serviço Voluntário nos Museus, regido pela Portaria nº 424/2012.

Também, realizou-se a chamada pública para a seleção de diretores das Unidades Museológicas do Instituto, mediante a publicação dos Editais de processos seletivos do Museu da Abolição, Casa da Hera, Museu da Inconfidência, Museu Histórico Nacional.

5.2 Desenvolvimento de Pessoas

Foram utilizadas cerca de treze mil horas de capacitação pelos servidores, o que significa dizer que cada servidor realizou em média, 26 horas de treinamento com investimento de aproximadamente de R\$ 300.000,00 (treze mil reais) em ações de capacitação. Vale ressaltar que 63% das nossas ações não tiveram custos.

Quadro 03 - horas de treinamento		
Carga horária		Valor Investido
Carga horária total	12.783	277.896,30
Carga horária por servidor	25,88	562,54
Carga horária por ação de capacitação	24,35	529,33

Fonte: Dados obtidos na “planilha de realização de cursos 2019” – Divisão de Capacitação 2020

Ressaltamos que as chefias do Ibram também foram capacitadas, totalizando 189 participações de chefias em treinamento, o que representa 36% dos servidores que fizeram capacitação. Valor bastante significativo, tendo em vista que temos 103 servidores com função (DAS ou FCPE).

O Saber Museu oferece capacitações referentes a área Museal para servidores do Ibram e para a sociedade em geral, esses dados são contabilizados em outra seção do relatório. Ressalta-se também que todas as Unidades do Ibram tiveram pelo menos um servidor capacitado.

A maioria das ações de capacitação foram realizadas por servidores da área meio. Fato esse que pode ser justificado pela existência do Saber Museus – Escola Corporativa do Ibram, e de Oficinas, que

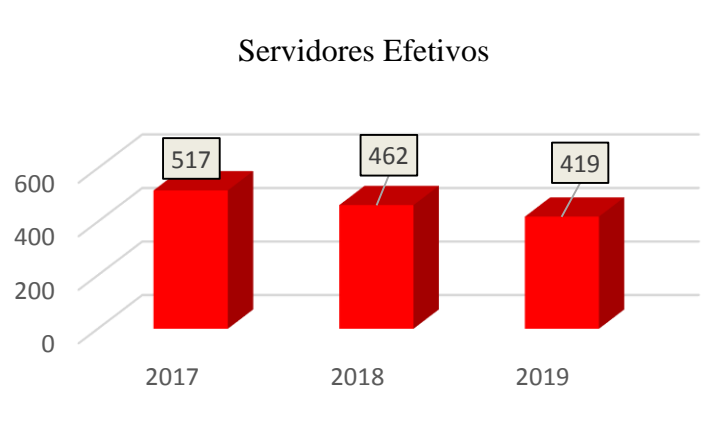
oferecem capacitações referentes a área Museal para servidores do Ibram e para a sociedade em geral.

Foram realizados três cursos de capacitação em Direito Administrativo, para os servidores do Ibram, nas Unidades: Escritório de Representação do RJ, Escritório de Representação de MG e na Sede em Brasília, que trataram dos conceitos básicos dos atos e contratos administrativos, da Organização das Entidades da Administração Direta e Indireta, Responsabilidade (administrativa, civil e penal) dos servidores públicos, Lei de Improbidade Administrativa e Órgão de Controle da Administração Pública.

5.3 Gestão de Riscos relacionados ao pessoal

Um dos maiores riscos identificados na gestão de pessoas, que pode comprometer, de forma grave o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo, e os objetivos estratégicos no médio e longo prazo, é a carência de pessoal. Atualmente, a situação do Ibram, no que se refere à força de trabalho, é alarmante. Para que se possa ter uma ideia mais próxima da realidade, seguem alguns números levantados em dezembro de 2019:

Gráfico 03 – Evasão dos servidores efetivos do Ibram no período de 2017 a 2019



Fonte: **SIAPE, 2020.**

5.4 Recomposição dos Quadros

São vários os fatores que apontam a necessidade de recomposição de quadros do Ibram. Um deles é o fato do elevado índice de evasão dos servidores nomeados no concurso realizado em 2010, 47,62%, quando se compara o quantitativo de exonerações com o número total de vagas oferecido. Dos 419 servidores que compõem o quadro permanente do Ibram, 20 estão cedidos, 191, ou seja 45,58%, servidores têm mais de 50 anos de idade; e 83 servidores recebem abono de permanência.

Os requisitados, os nomeados sem vínculo, em exercício descentralizado e outros somam 95 trabalhadores, ou seja, 19,23% considerando o efetivo total em exercício no Ibram (494 pessoas).

Outro complicador que sobressai é o atendimento à legislação existente na Administração Pública Federal, em virtude disso foram criados alguns núcleos e unidades dentro da Autarquia, sem que houvesse criação de cargos para atender à demanda: Corregedoria, Ouvidoria, Convênio, Assessoria Internacional, Prestação de Contas, os Escritórios de Representação em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. É importante ressaltar que, além do papel de fiscalizador, o Ibram teve um considerável acréscimo de atribuições com a publicação do Decreto nº 8.124/2013, como o Inventário Nacional de Acervos Musealizados e o Registro de Museus, as quais não estavam previstas quando da criação desta Autarquia e mais recentemente a publicação do Acórdão nº 1243/2019 – Plenário TCU, que atribuiu responsabilidades ao Instituto referente ao levantamento realizado que teve por objetivo verificar as condições de segurança de patrimônio dos museus sob a responsabilidade de órgãos e entidades federais, além de identificar os principais riscos e oportunidades de melhoria na gestão patrimonial e orçamentárias desses equipamentos públicos.

Para tornar-se viável, dentro da conjuntura condicionante da época, a estrutura do Ibram foi planejada de forma bastante austera e restrita, o que ensejou o nível dos cargos de confiança (DAS) da instituição abaixo do padrão para autarquias, conforme estabelece o Anexo V, da IN nº 03/2010. Sendo assim, entre DAS, FCPE e Função Gratificada, o Ibram possui 168 cargos autorizados pelo Decreto nº 6.845/2009, alterado pelo decreto nº 8.904/2016, quando estudos de reestruturação apontam a necessidade de 633 cargos.

O atual quadro em exercício encontra-se abaixo do requerido pela missão, competência e atribuições do Ibram. É necessário efetivar uma lotação funcional equivalente à demanda institucional, de modo a recompor a força de trabalho insuficiente já naquele momento do concurso, seja nas atividades finalísticas sejam nas de suporte. O não atendimento aos pleitos para realização de concursos, implica um aumento do passivo, redução na capacidade de atendimento às atividades finalísticas, dificuldades de respostas às novas demandas e limitação das possibilidades de ampliação dos serviços prestados.

✓ Principais Desafios 2020

- Implantar a Gestão por Competência.
- Concluir a alimentação do Sistema AFD - Assentamento Funcional Digital.
- Viabilizar a adoção de experiência-piloto de tele trabalho, mediante a introdução de rotinas de trabalho à distância.
- Implantar o programa de incentivo à graduação e pós-graduação com vistas à ampliação da formação acadêmica, à qualificação e ao aperfeiçoamento do quadro de pessoal do Ibram.
- Lançar os editais de seleção para os Museus Villa Lobos e Regional de Caeté.
- Celebrar parceria, convênio ou contratação de empresa especializada para realização de exames periódicos, com o objetivo de preservação e atenção à saúde dos servidores Públicos do Ibram, em função de riscos no ambiente de trabalho e doenças ocupacionais ou não, em atendimento ao disposto no art. 206-A da Lei nº 8.112/1990.

6. Informações orçamentárias, financeiras, contábeis e contratuais

6.1 Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da unidade

Em 2019, o Ibram desenvolveu estratégias e implementou ações de gestão que contribuíram para o aprimoramento do gerenciamento dos recursos como orçamento, pessoas e tecnologia, entre outros, e os principais processos administrativos (administração predial e logística de bens e serviços, gestão de pessoas, gestão de tecnologia da informação e comunicação, gestão orçamentária e financeira), da Sede e das Unidades Museológicas classificadas como nível II e nível III, distribuídas pelos estados brasileiros.

As ações estratégicas orçamentárias, financeiras e contábeis em 2019, se concentraram em quatro diretrizes:

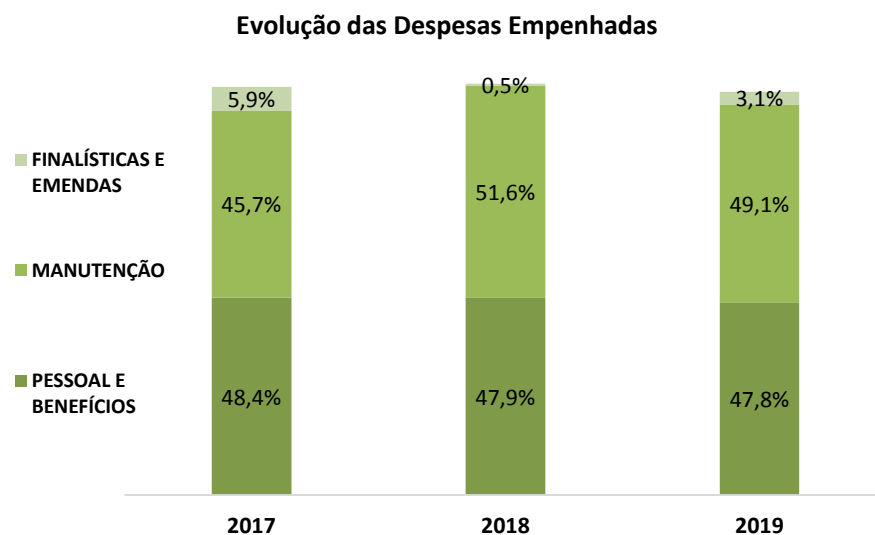
- Padronização dos processos licitatórios, visando economia e ganho de eficiência.
- Recomposição da força de trabalho.
- Investimento na capacitação de servidores.
- Modernização da área de TIC.

O quadro a seguir compreende execução das dotações consignadas à Unidade Orçamentária do Instituto Brasileiro de Museus (UO 42207 até 2018, como unidade do Ministério da Cultura, e UO 55209 a partir de 2019, quando o Instituto passou a fazer parte da estrutura do Ministério da Cidadania).

Quadro 04. Execução das dotações consignadas à Unidade Orçamentária

Ano e Grupo de Ações	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
2017	173.251.713,00	161.157.623,9	137.769.818,99
MANUTENÇÃO	74.342.364,00	73.576.803,70	58.222.013,65
FINALÍSTICAS	8.982.992,00	5.353.040,32	2.017.226,39
EMENDAS	8.249.536,00	4.200.000,00	-
PESSOAL E BENEFÍCIOS	81.676.821,00	78.027.779,93	77.530.578,95
2018	168.156.580,00	162.378.405,03	136.495.378,01
MANUTENÇÃO	84.563.869,00	83.828.906,67	63.570.317,67
FINALÍSTICAS	244.186,00	232.180,00	232.180,00
EMENDAS	500.000,00	500.000,00	152.500,00
PESSOAL E BENEFÍCIOS	82.848.525,00	77.817.318,36	72.540.380,34
2019	176.048.111,00	159.203.151,71	138.708.430,60
MANUTENÇÃO	80.023.945,00	78.103.953,78	65.328.597,81
FINALÍSTICAS	5.308.237,00	4.397.240,18	2.186.671,60
EMENDAS	700.000,00	600.000,00	-
PESSOAL E BENEFÍCIOS	90.015.929,00	76.101.957,75	71.193.161,19

Gráfico 03. Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa



O quadro e gráficos a seguir abrangem todo o orçamento empenhado e pago pelas unidades executoras do Ibram, ou seja, dotações orçamentárias originárias do Ibram executadas diretamente (despesas de pessoal e benefícios, de manutenção administrativa e de emendas parlamentares) e dotações orçamentárias recebidas de outros órgãos para despesas finalísticas (Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, Fundo Nacional de Cultura, Ministério da Cidadania e Fundação Joaquim Nabuco).

As despesas do Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais respondem por 39% dos valores empenhados pelo Ibram, sendo a maior parte para pagamento dos servidores ativos.

As despesas correntes (Grupo 3), que equivalem a 48% dos empenhos do Ibram, incluem

despesas com pagamento de benefícios a servidores e dependentes, mas a maior parcela se refere a pagamento de contratos de serviços terceirizados nos museus vinculados, Sede e representações regionais. Também neste grupo estão quase todas as despesas finalísticas empenhadas em 2019, que consistiram em premiações, convênios e alguns serviços de pessoa jurídica.

Quanto às despesas do Grupo 4 – Investimentos, referem-se no geral a obras de restauração de espaços dos museus vinculados e aquisição de equipamentos para manutenção e infraestrutura dos museus, Sede e representações.

Quadro 05. Execução 2019 - por grupo e elemento de despesa (R\$)

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	42.851.547,25	40.008.483,35
	01	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	18.183.887,15	16.633.118,27
	13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	8.093.750,78	8.093.750,78
	03	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	937.774,86	868.472,69
	96	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	725.368,99	679.942,27
	16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	521.726,52	478.775,80
	92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	269.606,04	262.706,68
	07	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE FECHADA PREVIDÊNCIA	6.076,39	5.497,55
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	57.026.097,91	49.097.367,67
	39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	17.123.629,27	10.940.421,93
	40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	5.276.236,46	4.305.408,93
	41	CONTRIBUIÇÕES	2.864.927,00	274.540,00
	46	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	2.500.913,23	2.302.904,56
	93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	972.810,09	903.727,32
	49	AUXÍLIO-TRANSPORTE	795.043,34	731.903,38
	36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P.FÍSICA	785.450,08	709.772,21
	30	MATERIAL DE CONSUMO	513.409,65	302.455,99
	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	501.951,85	455.198,01
	14	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	359.872,38	359.167,24
	92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	322.937,83	322.937,83
	47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	286.671,46	273.113,08
	08	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	257.972,70	236.127,45
	31	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS	100.000,00	-
96	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	89.907,42	83.535,87	
4 - INVESTIMENTOS	51	OBRAS E INSTALAÇÕES	19.251.619,66	104.958,07
	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.484.191,31	109.920,93
	41	CONTRIBUIÇÕES	1.310.387,00	-
	39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	820.200,00	-
	40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	14.000,00	-

Gráfico 04. DESPESAS EMPENHADAS E PAGAS EM 2019 POR GRUPO DE DESPESA (R\$)

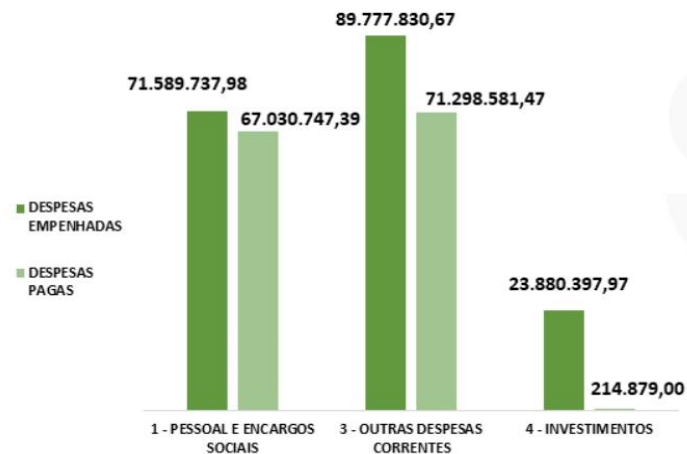


Gráfico 05. DESPESAS EMPENHADAS EM 2019 POR GRUPO DE DESPESA (R\$)

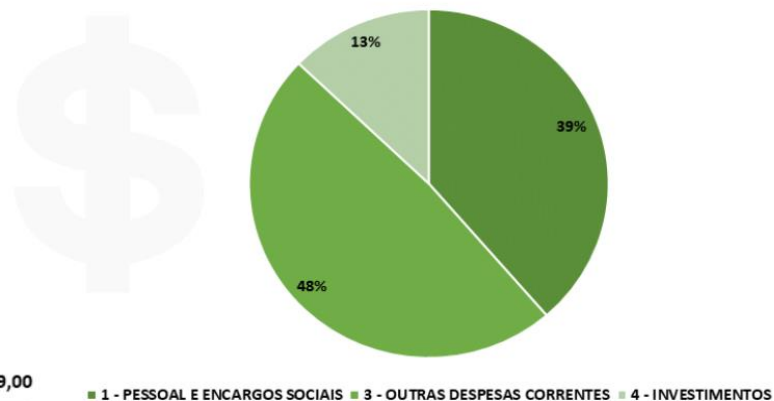


Gráfico 06. DESPESAS EMPENHADAS EM 2019 POR ELEMENTO DE DESPESA (R\$)
Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais

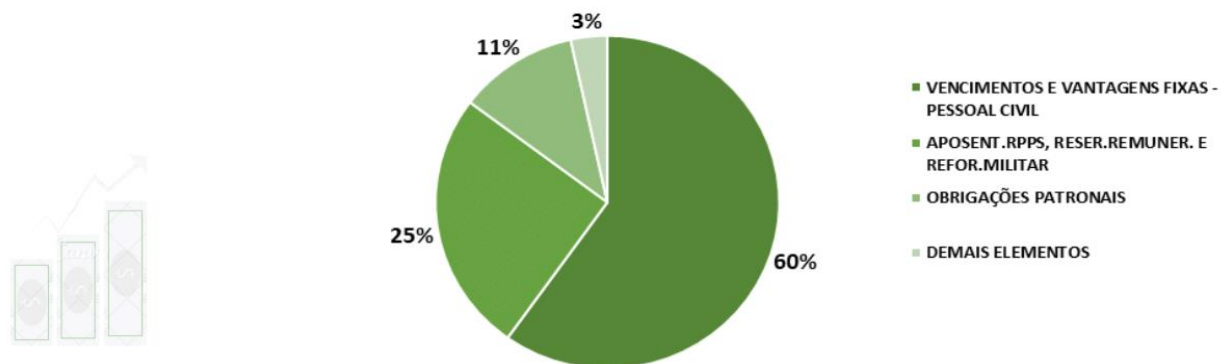


Gráfico 07.

DESPESAS EMPENHADAS E PAGAS EM 2019
POR ELEMENTO DE DESPESA (R\$)
Grupo 3 - Outras Despesas Correntes



Gráfico 08. DESPESAS EMPENHADAS E PAGAS EM 2019
POR ELEMENTO DE DESPESA (R\$)
Grupo 4 - Investimentos

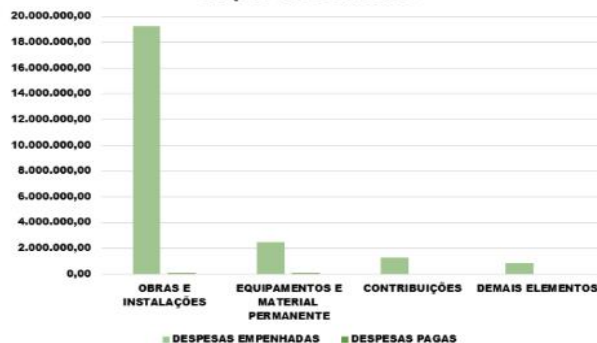


Gráfico 09. DESPESAS EMPENHADAS EM 2019 POR ELEMENTO DE DESPESA (R\$)
Grupo 4 - Investimentos



6.2 Execução orçamentária dos principais Programas e Ações Discricionários

Apresentamos a seguir uma breve análise, quadro e gráficos com a execução dos Programas e Ações Orçamentários da Unidade Orçamentária – UO 55209 - Instituto Brasileiro de Museus,

com valores de dotação orçamentária, despesas empenhadas e liquidadas, compreendendo apenas o orçamento discricionário (primário e decorrente de emendas parlamentares individuais).

No momento da elaboração do PLOA e na aprovação da LOA 2019, o Instituto fazia parte da estrutura do Ministério da Cultura sob o código de UO 42207. Após publicação de nova estrutura administrativa, a autarquia passou a fazer parte do Ministério da Cidadania, com a nova UO 55209.

Em função do histórico de forte contingenciamento da dotação das despesas discricionárias, houve a necessidade de, já na elaboração do PLOA 2019, reduzir ao mínimo as atividades finalísticas, que representaram apenas 8% da dotação das despesas discricionárias, pois foram priorizadas as despesas

administrativas, especialmente os contratos continuados já firmados.

Em meados de agosto, o Ibram sofreu um contingenciamento de R\$ 7 milhões, impactando praticamente todas as ações de despesas discricionárias, mas mais fortemente as finalísticas. Apenas no final de novembro o crédito foi desbloqueado, ou seja, houve um curto prazo para planejamento e execução até o último dia para empenho. Essa situação comprometeu a realização das atividades finalísticas programadas para o exercício de 2019, como exposições, ações educativas, fóruns, oficinas entre outras atividades, deixando de explorar a competências e o potencial econômico dos Museus.

Considerando esse cenário, foram priorizadas as despesas com serviços continuados já contratados ou prontos para contratação e com despesas relacionadas à gestão de pessoas.

A Ação 211F – Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais é destinada a despesas de apoio ao funcionamento das unidades museológicas vinculadas ao Ibram, que possibilitem o pleno acesso aos serviços culturais (despesas de manutenção administrativa, de conservação e de adequação dos espaços museológicos, entre outras), buscando a continuidade das atividades dos museus e a preservação de seus acervos em padrões técnicos e operacionais satisfatórios e de modo a garantir a atratividade e a acessibilidade do público de forma sustentável.

A Ação **2000 – Administração da Unidade** atende a despesas com demandas anuais de despesas administrativas na sede do Ibram e nas representações de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (energia elétrica e telefonia móvel; despesas de informática; contratos de impressão e de serviços gráficos; contratos de manutenção predial, de limpeza e conservação, de

copeiragem e de recepção; alugueis e condomínios; fretes e transportes de cargas e encomendas, por via rodoviária e aérea, em nível nacional e internacional; contrato de estagiários, incluindo museus; materiais de consumo, de modo a garantir a continuidade na prestação de serviços do Ibram; diárias e passagens para visitas técnicas aos museus Ibram e reuniões com representantes dos museus e diretoria do Ibram para alinhamento de estratégias e rotinas; publicações no DOU de modo a não interromper serviços continuados e imprescindíveis para a legalidade dos atos administrativos; aquisições de equipamentos e mobiliário de modo a garantir a infraestrutura continuidade e a melhoria na prestação de serviços do Ibram, incluindo museus; e outros serviços imprescindíveis para a manutenção administrativa).

Além dessas, houve execução de despesas de manutenção nas Ações 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos e 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Quanto às despesas finalísticas, a principal Ação foi a 20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira, que em 2019 teve orçamento executado para apoio à 17ª Semana Nacional de Museus (em maio) e à 13ª Primavera dos Museus (em setembro), além de outros 46 projetos de museus vinculados e da Sede do Ibram.

Ainda na Ação 20ZF, temos o orçamento de emendas parlamentares, proveniente de duas emendas individuais:

- Emenda nº 1468 0002 (R\$ 500.000), do Deputado Federal Chico Alencar. Foi totalmente empenhada visando divulgação de pesquisa, documentação e disponibilização do acervo de arte popular brasileira do Museu Casa do Pontal.

Emenda nº 2776 0009 (R\$ 200.000), do Deputado Federal Alessandro Molon. Foi empenhado apenas o valor de R\$ 100.00, referente ao projeto de tratamento arquivístico, sistêmico e de preservação da informação do arquivo Orosina Vieira do Museu da Maré.

Outra importante ação finalística foi a 14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais, cujo orçamento foi executado com despesas de estrutura física, como aquisição de mobiliários e equipamentos para atendimento ao público visitante e para as atividades internas do museu, de oito unidades museológicas e também da Sede do Ibram.

Foram mantidas no orçamento 2019 as duas contribuições da Ação 000Q - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica:

- Contribuição ao Programa IBERMUSEUS, desenvolvido no âmbito da Secretaria Geral Ibero-Americana da Organização dos Estados Ibero-Americanos - OEI, tendo em vista que o Brasil é Estado Membro da Conferência Ibero-Americana e signatário do seu respectivo convênio de cooperação; e

- Contribuição ao Conselho Internacional de Museus – ICOM, para renovação anual do cadastramento dos museus do Ibram como membro do ICOM, uma ONG sem fins lucrativos que mantém relações formais com a UNESCO e desenvolve atividades voltadas para a conservação, a preservação e a difusão do patrimônio mundial – cultural e natural, presente e futuro, material e imaterial – para a sociedade. As Ações 20ZG - Formulação e Gestão da Política Cultural e 20ZM - Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural não tiveram execução em 2019, pois ficaram totalmente contingenciadas de meados de agosto até o final de novembro.

Quadro 06. Unidade orçamentária: 55209 - instituto brasileiro de museus								
Programas e ações de despesas discricionárias	Dotação inicial ¹		Dotação atualizada		Despesas empenhadas		Despesas liquidadas	
	Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente	Capital
Despesas primárias discricionárias	83.824.339	1.507.843	83.824.339	1.507.843	80.994.330	1.506.864	67.585.764	106.955
0910 - operações especiais: gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais	266.000	-	266.000	-	266.000	-	266.000	-
00oq - contribuições a organismos internacionais sem exigência de programação específica	266.000	-	266.000	-	266.000	-	266.000	-
2027 - cultura: dimensão essencial do desenvolvimento	54.549.268	950.000	54.549.268	950.000	52.064.377	949.117	44.610.967	99.792
14u2 - implantação, instalação e modernização de espaços e equipamentos culturais	950.188	950.000	950.188	950.000	950.030	949.117	923.146	99.792
20zf - promoção e fomento à cultura brasileira	3.802.049	-	2.662.049	-	2.232.093	-	897.733	-
20zg - formulação e gestão da política cultural	342.000	-	240.000	-	-	-	-	-
20zm - produção e difusão de conhecimento na área cultural	342.000	-	240.000	-	-	-	-	-

211f - funcionamento de espaços e equipamentos culturais	49.113.031	-	50.457.031	-	48.882.254	-	42.790.087	-
2122 - programa de gestão e manutenção do ministério da cidadania	29.009.071	557.843	29.009.071	557.843	28.663.953	557.747	22.708.797	7.163
2000 - administração da unidade ²	28.668.167	557.843	28.668.167	557.843	28.331.247	557.747	22.392.247	7.163
216h - ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos ²	54.809	-	54.809	-	54.809	-	54.809	-
4572 - capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação ²	286.095	-	286.095	-	277.896	-	261.741	-
Despesas discricionárias e decorrentes de emendas individuais	500.000	200.000	600.000	100.000	600.000	-	-	-
2027 - cultura: dimensão essencial do desenvolvimento	500.000	200.000	600.000	100.000	600.000	-	-	-
20zf - promoção e fomento à cultura brasileira	500.000	200.000	600.000	100.000	600.000	-	-	-
Total geral	84.324.339	1.707.843	84.424.339	1.607.843	81.594.330	1.506.864	67.585.764	106.955

Observações:

1. Todos os dados de dotação inicial são da unidade orçamentária 42207 - instituto brasileiro de museus;
2. A dotação inicial das ações 2000, 216h e 4572 estava no programa 2107 - programa de gestão e manutenção do ministério da cultura.



Gráfico 12. EXECUÇÃO DAS PRINCIPAIS AÇÕES DISCRICIONÁRIAS DA LOA 2019 (R\$)
UO 55209 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

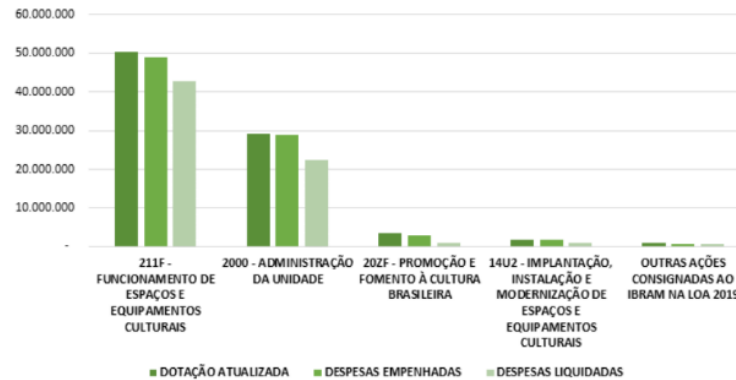
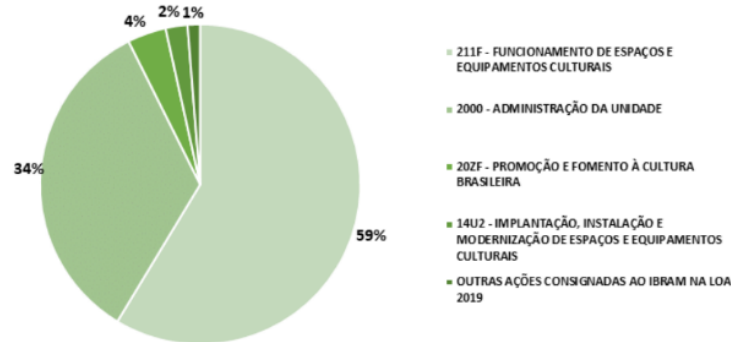


Gráfico 13. DOTAÇÃO ATUALIZADA DAS AÇÕES DISCRICIONÁRIAS DA LOA 2019 (R\$)
UO 55209 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS



Para execução de outras despesas finalísticas de maior vulto, o Ibram captou recursos de outros órgãos por meio de Termos de Execução Descentralizada – TED e de outras unidades subordinadas à Secretaria Especial de Cultura por meio de destaque orçamentário.

Créditos recebidos por meio de Termos de Execução Descentralizada firmados com o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos:

- TED 697587, para adequação do acervo museológico e espaço expositivo do Museu Villa-Lobos (R\$ 351.062);
- TED 697834, para lançamento do Museu Villa-Lobos Digital (R\$ 157.650);
- TED 697713, para projeto de restauração do Museu Nacional de Belas Artes (R\$ 7.332.911);
- TED 697825, para restauração e museografia do Sobrado Grande da Madalena do Museu da Abolição (R\$ 6.842.457);
- TED 697833, para restauração e ampliação do Museu Casa Histórica de Alcântara (R\$ 4.859.438);

- TED 697930, para modernização do Museu Histórico Nacional (R\$ 1.344.544).

Crédito recebido por meio de Termo de Execução Descentralizada firmado com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

- TED 697693, para contratação de empresa especializada para executar obras de impermeabilização no Pátio Santiago do Museu Histórico Nacional (R\$ 216.814).

Créditos recebidos por meio de destaques orçamentários do Fundo Nacional de Cultura:

- Emenda nº 1468.0020, de Chico Alencar, para recuperar acervo e equipamentos do Museu Nacional (R\$ 1.310.387);
- Emenda nº 2784.0016, de Jean Wyllys, para ações voltadas para difusão, educação, preservação e conservação da arte popular brasileira (R\$ 400.000);
- Emenda nº 1408.0014, de Patrus Ananias, para restauração e preservação do Museu Mariano Procópio (R\$ 130.000);
- Emenda nº 3823.0019, de Wadih Damous, para preservação e conservação da arte popular Brasileira no Museu Casa do Pontal (R\$ 500.000);
- Emenda nº 3799.0010, de Romário, para planejamento e recuperação de instalações e acervo do Museu Nacional (R\$ 260.387);
- Restauração do conjunto arquitetônico do Palácio Rio Negro (R\$ 2.265.584);
 - Aquisição de equipamentos para o Museu Imperial (R\$ 268.922).

Crédito recebido por meio de destaque orçamentário da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura:

- Emenda nº 1310.0005, de Benedita da Silva, para o projeto de fortalecimento do Museu

da Escravidão e da Liberdade (MEL), com a criação de seu centro de referência e capacitação (R\$ 700.000).

O Ibram recebeu ainda créditos referentes a serviços prestados por servidores do Instituto como instrutores de cursos na área museológica para a Fundação Joaquim Nabuco (R\$ 14.650).

Quadro 07. DESTAQUES RECEBIDOS DE OUTRAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

UNIDADES CONCEDENTES E AÇÕES	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	CORRENTE	CAPITAL	CORRENTE	CAPITAL
DESPESAS PRIMÁRIAS DISCRICIONÁRIAS	2.590.884	20.846.333	19.435	7.364
26292 - FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO	14.650	-	14.650	-
20GK - FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	7.570	-	7.570	-
4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	7.080	-	7.080	-
30905 - FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	310.650	20.577.412	4.785	7.364
6067 - DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	310.650	20.577.412	4.785	7.364
55903 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA	2.265.584	268.922	-	-
14U2 - IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	-	268.922	-	-
20ZH - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	2.265.584	-	-	-
DESPESAS DISCRICIONÁRIAS E DECORRENTES DE EMENDAS INDIVIDUAIS	1.990.387	1.310.387	-	-
55101 - MINISTÉRIO DA CIDADANIA	700.000	-	-	-
20ZF - PROMOÇÃO E FOMENTO À CULTURA BRASILEIRA	700.000	-	-	-
55903 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA	1.290.387	1.310.387	-	-
14U2 - IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	260.387	1.310.387	-	-
20ZF - PROMOÇÃO E FOMENTO À CULTURA BRASILEIRA	1.030.000	-	-	-
TOTAL GERAL	4.581.271	22.156.720	19.435	7.364

Gráfico 14.

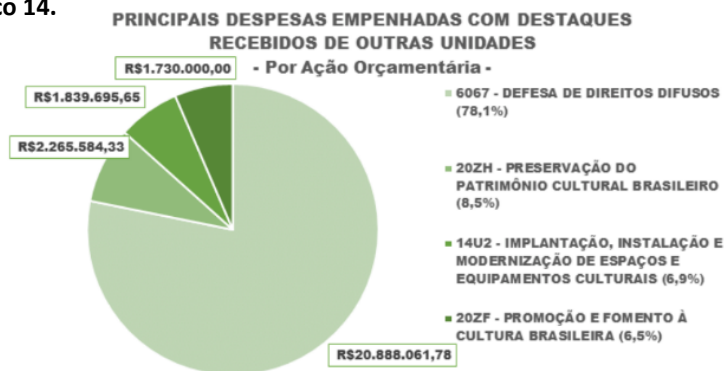
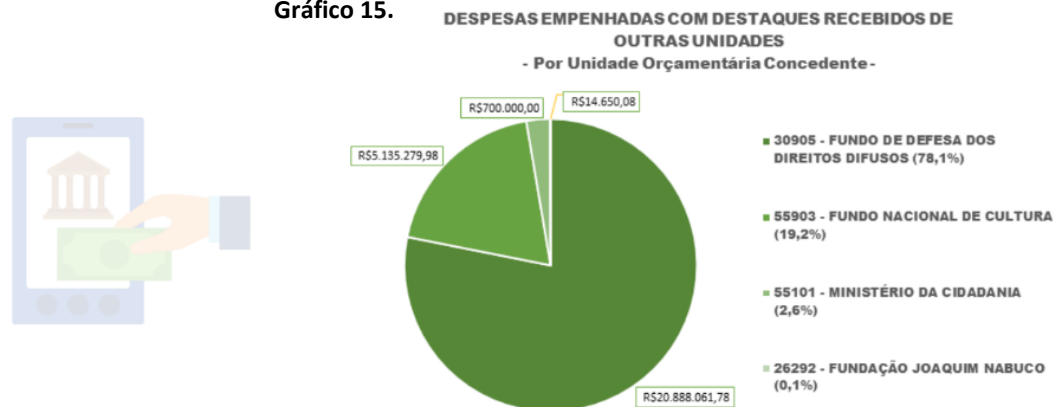


Gráfico 15.



6.3 Demonstrações contábeis

6.3.1 Contexto Operacional

Quanto às normas legais, o Ibram observa a Lei 8.112/90 na contratação dos seus servidores, a Lei 8.666/93 para contratação dos

seus fornecedores e a Lei 4.320/64 para suas finanças públicas bem como a Lei Complementar 101/2000 - LRF.

O Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

A verificação da conformidade contábil das unidades gestoras executoras do Ibram é realizada conforme procedimentos descritos nos Normativos da Secretaria do Tesouro Nacional, em específico no Manual Siafi (Auditores Contábeis) e tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade de

registro de Gestão e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise.

Para a efetivação do registro da conformidade contábil, o órgão se dispõe da contadora titular Cláudia Elisa Magalhães Lopes, atuante

nesta função desde 9/12/2015, devidamente registrada no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, habilitada no Siafi e atualizada na tabela de UG, não possuindo a função de emitir documentos no Siafi, e também não é responsável pelo registro da conformidade de registro de gestão, obedecendo, dessa forma, ao princípio da Segregação de Funções disposto na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 481/2014 e Manual Siafi – 020315.

6.3.2 Resumo das Principais Práticas Contábeis – Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 8ª edição) e o Manual Siafi.

As DCON foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e

tiveram como escopo as informações consolidadas a nível de órgão, ou seja, engloba as contas desta Autarquia com suas unidades vinculadas.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas na conta única.

6.3.3 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e

premissas do MCASP e do Manual Siafi.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

Depósitos Restituíveis - São os valores depositados para garantia

contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.

Créditos a curto prazo - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado

Ativo realizável a longo prazo - Compreendem os direitos a receber a

longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Ajuste para Perdas da Dívida Ativa – a metodologia adotada para mensuração do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa, foi pelo histórico de recebimentos, teve algum tipo de classificação dos créditos pelas suas características de recuperabilidade;

Investimentos – São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência

significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado. Os demais investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (impairment), fruto de avaliações periódicas.

Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar

benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação

do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;

Passivos circulantes e não circulantes – As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Empréstimos e financiamentos - Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

Provisões – As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de

recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. Benefícios a empregados - Benefícios a empregados. Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.

Ativos e Passivos Contingentes – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados

os seguintes resultados:

Resultado Patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas; se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário será Déficit Patrimonial.

No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário, o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada; se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.

No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior; se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

6.3.4 Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

No contexto da União, ficaram definidos os prazos apresentados no quadro anexo à Portaria STN nº 548/2015 <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/publicado-o-plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais> que cita a situação que se encontra cada procedimento: implantado, em andamento, não iniciado.

6.3.5 principais mudanças nas práticas e procedimentos contábeis:

a-) Desreconhecimento dos créditos relativos a Diversos Responsáveis – em setembro de 2017, procedeu o desreconhecimento destes créditos decorrentes de falta/irregularidades na comprovação das Tomadas de Contas Especiais. Os valores pendentes de julgamento devem ser registrados apenas em contas de controle e o ativo deve ser reconhecido somente quando tiver a decisão definitiva

do TCU com a devida imputação de débito.

b-) Desreconhecimento dos créditos relativos a Adiantamento de Transferências Voluntárias – em setembro de 2017, em atendimento ao acórdão TCU 1320/2017, efetuou os lançamentos contábeis de desreconhecimento destes créditos tendo em vistas por não preencher os requisitos do conceito de ativo de acordo com a NBC TSP, Estrutura Conceitual e o MCASP. Entretanto, nas contas de controle, estão preservados os registros com vistas ao devido acompanhamento da prestação de contas pelos convenientes aos seus órgãos concedentes.

6.3.6 Acesso à Informação - Publicação das DCON:

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas estão publicadas no site do Ibram e podem ser acessadas na sua íntegra por meio do endereço eletrônico <https://www.museus.gov.br/demonstracoes-contabeis/>.

6.3.7 Demonstrações Contábeis

Quadro 08. Balanço Patrimonial

ATIVO	2019	2018
Ativo Circulante		
	17.207.964	38.270.108
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.209.961,63	9.478.825,67
Demais Créditos e Valores a Curto Prazos	3.790.225,98	28.546.099,91
Estoques	207.776,75	245.182,69
Ativo Não Circulante	442.573.526	447.083.022
Realizável a Longo Prazo	27.102	27.102
Créditos a Longo Prazo	27.102	27.102
Imobilizado	442.495.278	446.995.800
Bens Móveis	48.100.133,57	47.930.994,18
Bens Imóveis	394.395.144,11	399.064.805,96
Intangível	51.146	60.120
TOTAL DO ATIVO	459.781.490	485.353.131
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	2018
Passivo Circulante	25.874.011	7.149.792

Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Curto Prazo	5.343.001,33	6.056.702,01
Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	297.746,48	410.470,01
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	2.096,47
Demais Obrigações Curto Prazo	20.233.263,10	680.523,90
TOTAL DO PASSIVO	25.874.011	7.149.792
Patrimônio Líquido	433.907.479	478.203.338
Resultados Acumulados	433.907.479,40	478.203.338,31
TOTAL DO PASSIVO + PL	459.781.490	485.353.131

Fonte: Siafi

Quadro 09. Demonstração das Variações Patrimoniais

	2019	2018
Variações Patrimoniais Aumentativas		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	4.196.375	4.090.329
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	235	441
Transferências e Delegações Recebidas	320.302.945	318.353.865
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	15.587.367	12.211.394
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	228.803	1.273.877
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas	228.803	1.273.877
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	340.315.726	335.929.906
Variações Patrimoniais Diminutivas		
Pessoal e Encargos	57.240.506	65.064.159
Remuneração a Pessoal	43.562.265	48.903.002
Encargos Patronais	8.109.382	9.306.659
Benefícios a Pessoal	4.352.929,23	4.832.879
Outras Variações Patrimoniais de Pessoal e Encargos	1.215.929	2.021.619
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19.120.597	13.625.350
Aposentadoria e Reformas	18.247.804	12.860.617
Pensões	864.222	734.575

Outras Variações Patrimoniais de Benefícios Previdenciários	8.570	30.158
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	86.836.300	77.555.358
Uso de Materiais de Consumo	510.046	454.501
Serviços de Terceiros	81.087.679	75.629.083
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.238.574	1.471.773
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	623	2.967
Transferências e Delegações Concedidas	162.582.867	165.094.988
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	32.628.368	1.250.058
Outras Desvalorizações de Ativos e Incorp. Passivos	32.628.368	1.250.058
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	275.157	3.100.076
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (II)	358.684.418	325.692.956
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)	-18.368.692	10.236.950

Quadro 10. Balanço Orçamentário

R\$

RECEITAS

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	4.391.184	4.391.184	4.217.983	(173.201)
Receita Patrimonial	335.562	335.562	249.540	(86.022)
Receita de Serviços	4.040.597	4.040.597	3.947.071	(93.526)
Outras Receitas Correntes	15.025	15.025	21.372	6.347
Total (I)	4.391.184	-	4.217.983	
Resultado Orçamentário III = (I - II)			- 4.217.983	-
Total (I)	4.391.184	-	4.217.983	

DESPESAS

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes	165.034.991	174.440.268	161.367.569	143.416.222	138.329.329	13.072.699
Pessoal e Encargos Sociais	75.539.149	84.844.426	71.589.738	71.589.738	67.030.747	13.254.688
Outras Correntes	89.495.842	89.595.842	89.777.831	71.826.484	71.298.581	(181.989)
Despesas de Capital	1.707.843	1.607.843	23.880.398	219.277	214.879	(22.272.555)
Investimentos	1.707.843	1.607.843	23.880.398	219.277	214.879	(22.272.555)
Reserva de Contingência			-	-	-	-
Total Despesas Orçamentárias (II)	166.742.834	176.048.111	185.247.967	143.635.499	138.544.208	- 9.199.856
Resultado Orçamentário III = (I - II)	DÉFICIT	4.217.983	185.247.967			(181.029.984)

Fonte: Siafi

Quadro11. Execução dos Restos a Pagar

	Inscritos	Liquidados	Cancelados	Pagos	Saldo a pagar	% Pgto
Restos a Pagar Não Processados	30.901.091,03	16.286.472,31	6.225.250,58	16.277.014,29	8.398.826,58	52,67
Restos a Pagar Processados	5.422.228,25			5.262.321,89	159.906,36	97,05
TOTAL	36.323.319,28	16.286.472,31	6.225.250,58	21.539.336,18	8.558.732,94	59,30

Quadro 12. Balanço Financeiro

R\$	2019	2018
Ingressos		
Receitas Orçamentárias	4.217.983	4.273.956
Vinculadas	4.217.983	4.273.956
Transferências Financeiras Recebidas	320.082.346	317.763.842
Recebimentos Extraorçamentários	47.082.824	29.243.032

Inscrição em Restos a Pagar Processados	5.091.291	5.288.126
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	41.612.467	21.584.035
Outros Recebimentos	379.065	2.370.871
Sado Exercício Anterior	9.478.826	4.672.192
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.478.826	4.672.192
Total dos Ingressos	380.861.978	355.953.022
Dispêndios		
Despesas Orçamentária	185.247.967	166.805.119
Ordinária	140.824.079	148.037.411
Vinculadas	44.423.887	18.767.708
Transferências Financeiras Concedidas	160.671.039	162.349.548
Pagamentos Extraorçamentários	21.733.011	17.319.530
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	5.262.322	90.239
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	16.277.014	15.911.771
Outros Pagamentos	193.674	1.317.520
Sado Exercício Seguinte	13.209.962	9.478.826
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.209.962	9.478.826
Total dos Dispêndios	380.861.978	355.953.022
Fonte: Siafi		

Quadro 13. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	R\$	
	2019	2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	4.246.467	6.882.996
Ingressos	324.679.184	324.408.669
Receitas Derivadas e Originárias	4.217.983	4.273.956
Outros Ingressos Operacionais	320.461.201	320.134.713
Desembolsos	-320.432.717	-317.525.673
Pessoal e demais Despesas Correntes	-149.879.307	-142.250.527

Transferências Concedidas	-9.688.696	-11.610.571
Outros Desembolsos Operacionais	-160.864.714	-163.664.575
Fluxos de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	4.246.467	6.882.996
Fluxos de Caixa das Atividades Investimentos		
Desembolsos	-515.331	-2.076.362
Aquisição de Ativo Não Circulante	-515.331	-2.065.033
Outros Desembolsos de Investimentos		-11.329
Fluxos de Caixa Líquido das Atividades Investimentos	-515.331	-2.076.362
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.731.136	4.806.634
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	9.478.826	4.672.192
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	13.209.962	9.478.826
Fonte: Siafi		

6.3.8 Notas Explicativas dos Itens das Demonstrações Contábeis

6.3.8.1 NOTA 1. Caixa e Equivalente de Caixa

Tabela 03: Composição do Caixa e Equivalente de Caixa				R\$	
Mês Lançamento	dez/19	dez/18	AV%	AH%	
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	4.486,68	26.736,86	0,00	-0,83	
Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento - OFSS	8.265.590,91	4.201.018,09	0,63	0,97	
Limite de Saque c/ Vinculação de Pagto - OFSS (autorização)	4.939.884,04	5.251.070,72	0,37	-0,06	
Total	13.209.961,63	9.478.825,67	1,00		

Fonte: Siafi

A conta *Demais Contas – CEF* se refere a depósito em caução para fazer frente às obrigações assumidas na execução da despesa que, em dezembro/2019, correspondeu a menos de 1% dos recursos do órgão cuja variação de - 83,22% corresponde à devolução do numerário aos caucionários em virtude do encerramento dos contratos.

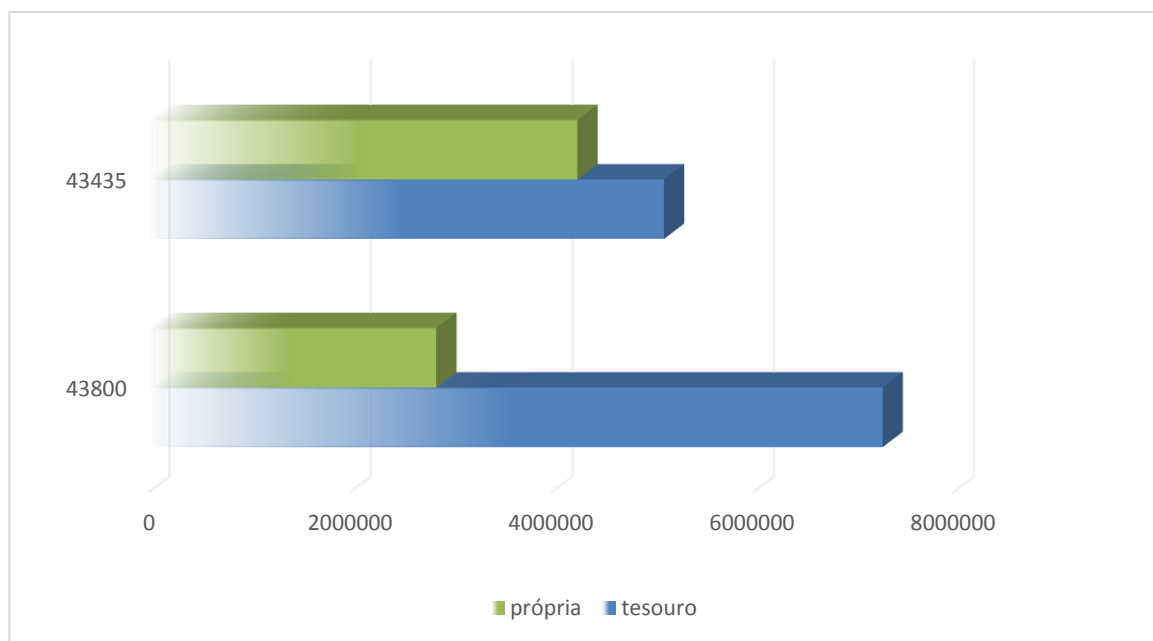
Dentre as contas, a mais significativa é a *Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento* que compreende recursos repassados pelo Tesouro e recursos próprios, que advém de arrecadações das unidades museológicas, além de outros. Esses recursos atendem a despesas com vinculação de pagamento

de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Ao final de cada exercício, parte dos recursos não utilizados são devolvidos ao Tesouro Nacional. Há também valores recebidos ao final do exercício, porém sem tempo hábil para efetivar sua execução.

A terceira conta da Gráfico 17, *Limite de Saque c/ vinculação de pagamento – OFSS (autorização)* possui saldos que estavam aguardando autorização de pagamento por parte dos gestores para posterior emissão de ordem bancária. Seu saldo se justifica em virtude de a efetivação do pagamento da folha de pessoal ocorrer sempre no primeiro dia útil do mês subsequente.

Percebe-se que, ao passo que houve um déficit na receita própria com relação ao arrecadado em 2018 (Gráfico 16), houve um aumento de 55% da fonte própria (Gráfico 02) para fazer frente às obrigações assumidas na execução das despesas desta Autarquia.

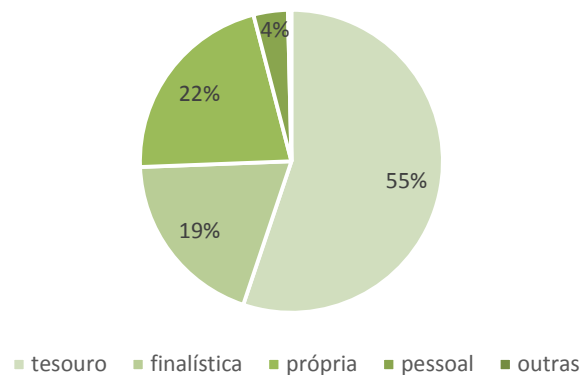
Gráfico 16. Limite de Saque c/ Vinculação de Pagto – Fonte Tesouro x Fonte Própria



Fonte: Siafi

Gráfico 17 – Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento – Consolidado

Recursos Financeiros - Por fonte



Fonte: Siafi

6.3.8.2 NOTA 2. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Tabela 4: Demais Créditos e Valores CP				
Mês Lançamento	dez/19	dez/18	AV%	AH%
13º Salário - Adiantamento	1.622.647,96	20.035.033,16	0,43	-0,92
Adiantamento de Férias	0,00	7.891.942,58	0,00	-1,00
Salários e Ordenados - Pgto Antecipado	127.416,32	619.124,06	0,03	-0,79
Suprimento de Fundos - Adiantamento	0,00	0,11	0,00	-1,00
Adiantamento - TED	2.040.161,70	0	0,54	0,00
	3.790.225,98	28.546.099,91	100,00	

Fonte: Siafi

A conta *Demais Créditos e Valores a Curto Prazo* compreende os valores em transações realizáveis em curto prazo com destaque para os da folha de pagamento dos servidores relativo ao décimo terceiro salário, que representa 43% da conta. Percebe-se também que houve uma baixa significativa nas contas relativas ao adiantamento de pessoal em virtude da adoção dos procedimentos da nova rotina da Folha de Pagamento, que é a baixa do adiantamento contra os saldos reconhecidos no passivo pelo regime de competência.

O TED – Termo de Execução Descentralizada é o instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades da União para execução de ações de interesse da unidade descentralizadora. O saldo de R\$ 2.040.161,17 se refere aos valores liberados e que se encontram pendentes de comprovação da execução do objeto do TED. A partir de 2019, a unidade descentralizadora passou a apropriar o direito nas contas do ativo.

6.3.8.3 NOTA 3. Estoques

Tabela 5. Estoques – Ativo Circulante				
Mês Lançamento	R\$			
	dez/19	dez/18	AV%	AH%
Combustíveis e Lub. Automotivos	216,90	0,00	-	1,00
Gêneros de Alimentação	12.560,86	18.122,61	0,06	-0,31
Material Químico	0,00	1.706,34	0,00	-1,00
Material de Caça e Pesca	77,97	82,47	0,00	-0,05
Material de Expediente	74.078,96	93.987,99	0,36	-0,21
Material de TIC	7.793,73	9.506,63	0,04	-0,18
Material de Acondic. e Embalagem	6.423,04	7.951,62	0,03	-0,19
Material de Copa e Cozinha	8.904,39	7.322,34	0,04	0,22
Material de Limpeza e Prod.de Hig.	2.857,61	4.531,32	0,01	-0,37
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	132,80	573,16	0,00	-0,77
Material p/ Manut. de Bens Imóveis/Inst.	30.926,29	34.678,66	0,15	-0,11
Material p/ Manut. de Bens Móveis	10.972,47	9.623,53	0,05	0,14
Material Elétrico e Eletrônico	37.739,45	37.738,08	0,18	0,00
Material de Proteção e Segurança	7.015,77	12.926,45	0,03	-0,46
Material para Comunicações	220,78	467,58	0,00	-0,53

Material Laboratorial	316,80	364,80	0,00	-0,13
Material Hospitalar	3.461,54	4.868,71	0,02	-0,29
Material para Manutenção de Veículos	938,50	520,00	0,00	0,80
Ferramentas	2.317,20	210,40	0,01	10,01
Material de Sinaliz. Visual e Outros	602,29	0,00	-	1,00
Outros	219,40	0,00	-	1,00
Total	207.776,75	245.182,69	1,00	9,58

Fonte: Siafi

A conta *Estoques* é composta por materiais que objetiva suprir as unidades na sua prestação de serviço. Conforme demonstrado na Tabela 03, verifica-se que os itens mais significativos são *Materiais de Expediente* e *Material Elétrico e Eletrônico* com 36% e 18% respectivamente. Na análise horizontal, comparando os períodos, verifica-se que ocorreu uma redução no total de 9,58% com destaque para os *Materiais Químicos* que foram consumidos na sua totalidade, *Uniformes, Tecidos e Aviamentos*, e *Materiais de Expedientes* que reduziu R\$ 19.909,03. Nas aquisições, os itens *Ferramentas* e *Materiais para Manutenção de Veículos* têm maior representatividade.

6.3.8.4 NOTA 4. Bens Móveis

Dos bens móveis do Ibram, destaca-se o *Material Cultural, Educacional e de Comunicação* que representa 52% do total. Deste item, o mais expressivo é o acervo dos museus, composto por coleções, materiais culturais, obras para exposição e outros, o que corresponde a 90%, conforme evidenciado no Gráfico 18. **Material Cultural, Educacional e de Comunicação.**

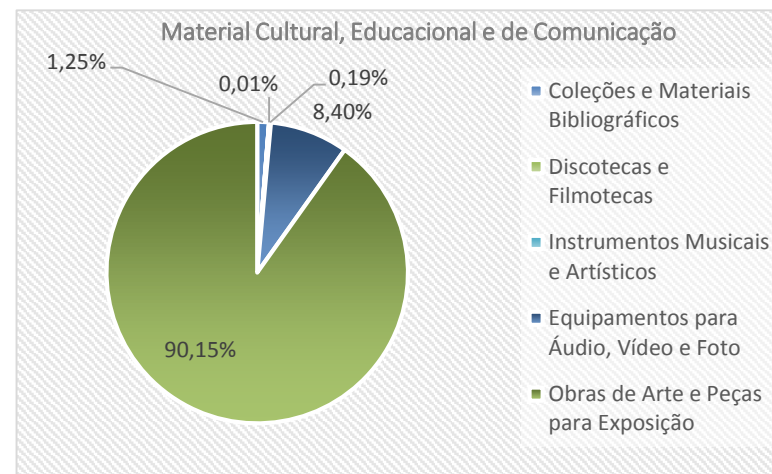


Tabela 06. Composição dos Bens Móveis				R\$
Mês Lançamento	dez/19	dez/18	AV%	AH%
Máq., Aparelhos, Equip.s e Ferramentas	4.266.091,69	4.172.081,20	0,09	0,02
Bens de Informática	7.823.393,73	7.887.579,42	0,16	-0,01
Móveis e Utensílios	8.581.412,49	8.486.580,74	0,18	0,01
Material Cultural, Educ. e de Comunicação	25.210.919,14	25.157.939,87	0,52	0,00
Veículos	642.583,86	654.328,86	0,01	-0,02
Armamentos	0,06	0,06	0,00	0,00
Demais Bens Móveis	1.664.445,24	1.661.196,67	0,03	0,00
Valor Contábil Total	48.188.846,21	48.019.706,82	1,00	
Depreciação / Amortização Acumulada	(88.712,64)	(88.712,64)		
Valor Líquido Contábil Total	96.288.979,78	95.950.701,00		

Fonte: Siafi

Contudo, essa conta contábil *Material Cultural, Educacional e de Comunicação* se encontra subavaliada, pois não corresponde à realidade do acervo das unidades museológicas. Isso tem sido identificado nos Relatórios de Inventário Anual, por isso, o saldo não fornece informações precisas nem confiáveis. Isso ocorre diante da dificuldade em que as unidades museológicas têm encontrado para atribuir valor aos bens do acervo e às obras de arte tendo em vista a especificidade desse bem; por sua natureza, subjetividade e raridade. Todavia, com a publicação da Portaria STN 548, 24/9/2015, o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural se tornou obrigatória a partir de 1/1/2021. Diante disso, as unidades museológicas estão envidando esforços para cumprir essa norma até o prazo estabelecido a fim de que os registros dessa conta se tornem confiáveis e expressem a realidade dos acervos e das peças para exposição que se encontram em nossos museus.

Falta de depreciação – Percebe-se, conforme evidenciado, não é feita ainda a depreciação dos bens móveis em função da carência de sistema de controle patrimonial que viabilize esse procedimento.

6.3.8.5 NOTA 5. Bens Imóveis

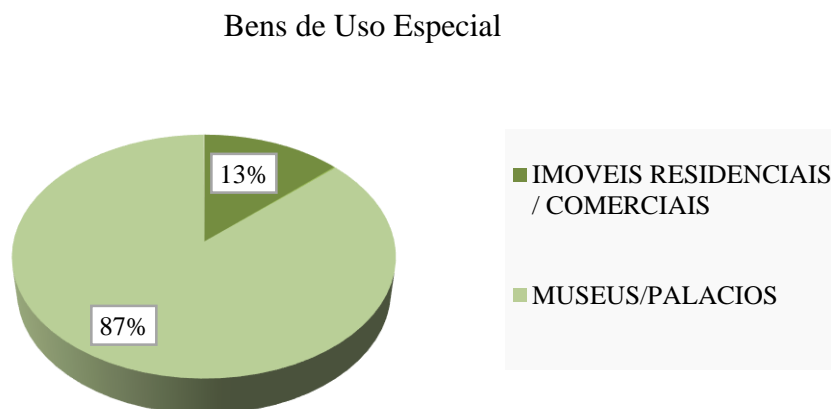
Tabela 07. Composição dos Bens Imóveis				R\$
Mês Lançamento	dez/19	dez/18	AV%	AH%
Bens de Uso Especial	403.964.989,12	403.564.966,54	0,99	0,00
Bens Imóveis em Andamento	2.391.582,91	2.222.692,89	0,01	0,08
Instalações	121.000,00	121.000,00	0,00	0,00
Valor Contábil Total	406.477.572,03	405.908.659,43	1,00	
Deprec./Amort. Ac - Bens Imóveis	(12.082.427,92)	(6.843.853,47)	-0,03	0,77
Valor Líquido Contábil Total	394.395.144,11	399.064.805,96		

Fonte: Siafi

No Ibram, os *Bens de Uso Especial* representam mais de 99% do total da conta, e compreende os imóveis residenciais/comerciais, edifícios, terrenos/glebas, museus/palácios e salas. Percebe-se que houve um aumento de 0,59% na conta *Bens Imóveis em Andamento*, fruto do início da realização de obras no período. Dos bens imóveis que somam R\$ 406.477.572,03, apenas 2,97% foram depreciados, o que demonstra um baixo grau de depreciação, pois depende de implementações no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) da Secretaria de Patrimônio da União.

Dos bens de Uso Especial, destaca-se os *Museus e Palácios* que representam 87% seguido de *Imóveis Residenciais/Comerciais* com 13%, conforme Gráfico 19:

Gráfico 19 – Bens de Uso Especial



Fonte: Siafi

6.3.8.6 NOTA 6. Variações Patrimoniais Aumentativas

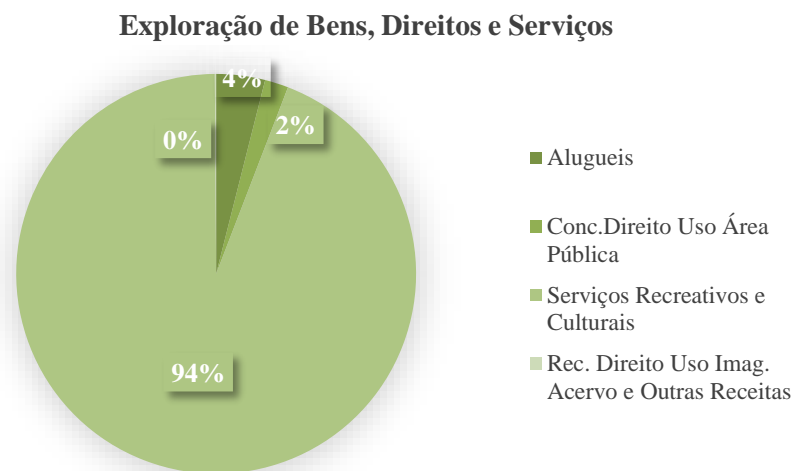
Tabela 20. VPA	R\$			
	dez/19	dez/18	AV%	AH%
Venda de Livros, Periódicos e Assemelhados	11.352,90	19.545,29	0,00	-0,42
Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços	4.185.022,53	4.070.783,26	0,01	0,03
Transferências Financ. Recebidas do Tesouro	320.302.944,94	317.763.842,44	0,94	0,01
Restituições	228.802,71	1.273.876,68	0,00	-0,82
Demais VPA's	15.587.602,65	12.801.857,88	0,05	0,22
Total	340.315.725,73	335.929.905,55	1,00	

Fonte: Siafi

Das Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) do Ibram, destaca-se as *Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro* que representou, em 2019, pouco mais de 94% e, se comparado com 2018, obteve um crescimento de 0,80%. Essas transferências têm o objetivo de fazer frente às despesas custeadas pelo Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do exercício e também para o pagamento de *Despesas Inscritas em Restos a Pagar*. No geral, as VPA's cresceram cerca de 1,31% em relação a 2018.

As atividades finalísticas dos museus estão relacionadas na conta *Valor Bruto Exploração Bens, Direitos e Serviços* destaca-se que a receita de “Serviços Recreativos e Culturais” detém 94% do saldo (vide Gráfico 21), seguido de Rec. *Direito Uso Imagem e Acervo e Outras Receitas* com 4%.

Gráfico 21 – Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços – composição



Fonte: **Siafi**

6.3.8.7 NOTA 7. Receita prevista x Receita realizada

O confronto analítico entre a previsão da receita atualizada e a receita realizada, para o ano de 2019, foi evidenciado na tabela 7, onde discrimina o previsto e o arrecado da entidade com: aluguéis e arrendamentos; gestão de direitos de bens imóveis; administração do uso, da imagem e da reprodução de bens de acervo patrimonial; serviços administrativos e comerciais; multas e juros; e entre outras receitas primárias.

Tabela 08. Confronto entre receita prevista e realizada de 2019.

Descrição	Previsão Atualizada	Receita realizada	Diferença	% de arrec.
Aluguéis e arrendamentos	193.120,00	165.251,84	(27.868,16)	85,57%
Conc./permuta/aut. /cessão direito uso imov. púb.	137.845,00	79.958,20	(57.886,80)	58,01%
Dir.uso img. e reprod. bens acervo patrimonial	4.597,00	4.330,00	(267,00)	94,19%
Serviços administrativos e comerciais patrimoniais	4.040.597,00	3.947.070,85	(93.526,15)	97,69%
Multas e juros previstos em contratos	-----	1.335,45	1.335,45	100,00%
Outras receitas - primárias	15.025,00	20.036,45	5.011,45	133,35 %
Totais	4.391.184,00	4.217.982,79	173.201,21	96,06%

Fonte: Siafi.

A tabela 08 ilustra que, durante o exercício de 2019, o Ibram obteve um piso efetivo de arrecadação de 96,06%, o que evidencia que a instituição quase conseguiu arrecadar o valor total planejado de sua previsão atualizada de receita orçamentária. Cabe destacar que houve uma arrecadação superior à prevista, pois a conta outras receitas – primárias atingiu um percentual de 133,35%, ou seja, arrecadou além do que estava aludido na previsão atualizada da receita governamental.

No tocante à análise comparativa da realização da receita, para os anos de 2018 e 2019, a tabela 9 foi elaborada, uma vez que indica a evolução da arrecadação da receita pública em termos financeiros e percentuais.

Tabela 09. Comparativo da receita realizada 2018 x 2019

R\$

Descrição	Receita realizada (ano 2019)	Receita realizada (ano 2018)	Análise Vertical	Análise Horizontal
Aluguéis e arrendamentos	165.251,84	170.144,64	3,92%	-2,88%
Conc./permuta/aut./cessão direito uso imov. púb.	79.958,20	106.983,48	1,90%	-25,26%
Dir.uso img. e reprod. bens acervo patrimonial	4.330,00	4.780,00	0,10%	-9,41%
Serviços administrativos e comerciais patrimoniais	3.947.070,85	3.808.861,39	93,58%	3,63%
Multas e juros previstos em contratos	1.335,45	127,44	0,03%	1.047,90%
Restituição de despesas de exercícios anteriores	-----	169.104,37	0,00%	100,00%
Outras receitas primárias	– 20.036,45	13.954,33	0,48%	43,59%
Totais	4.217.982,79	4.273.955,65	100,00%	-1,31%

Fonte: Siafi.

Da análise da tabela 8, pode-se constatar que, aproximadamente, 94% da receita total realizada de 2019 adveio de *serviços administrativos e comerciais patrimoniais*. Outro ponto de destaque foi apresentado pelo comportamento da conta *multas e juros previstos em contratos*, uma vez que essa atividade atingiu um crescimento de 1.047,90% quando comparada com o ano anterior.

6.3.8.8 NOTA 8. Dotação orçamentária

Para analisar a evolução da dotação orçamentária do Ibram, elaboraram-se as tabelas 10 e 11, onde constam informações sobre a dotação inicial, suplementar e atualizada da receita governamental, bem como demonstram a evolução percentual da conta.

Tabela 10. Dotação orçamentária em dados financeiros

R\$

Grupo de Despesa	de	Dot. Inicial (2019)	Dot. Supl. (2019)	Dot. Atu. (2019)	Dot. Inicial (2018)	Dot. Supl. (2018)	Dot. Atu. (2018)
Investimentos		1.707.843	-----	1.607.843	770.000	-----	524.345
Outras despesas correntes		89.495.842	1.444.000	89.595.842	85.856.517	6.180.955	90.316.131
Pessoal e encargos sociais		75.539.149	9.310.708	84.844.426	75.572.203	4.252.024	77.316.104
Totais		166.742.834	10.754.708	176.048.111	162.198.720	10.432.979	168.156.580

Fonte: Siafi.

Tabela 11. Dotação orçamentária em termos evolutivos percentuais

R\$

Grupo de Despesa	Dot. Inicial – Análise Vertical	Dot. Supl. – Análise Vertical	Dot. Atu. Análise Vertical
Investimentos	1,02%	-----	0,91%
Outras despesas correntes	53,67%	13,43%	50,89%
Pessoal e encargos sociais	45,30%	86,57%	48,19%
Totais	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Siafi.

Tendo por cunho o período 2018-2019, constata-se que: a) a dotação inicial evoluiu em 3% e *outras despesas correntes* foi a conta mais expressiva para o ano de 2019 (53,67%); b) a dotação suplementar fez o mesmo comportamento da dotação inicial, pois cresceu 3% em relação a 2018 e além disso, a conta *pessoal e encargos sociais* correspondeu cerca de 86,57% do valor da dotação suplementar total; e c) a dotação atualizada apresentou um comportamento diferente das demais dotações, pois foi a que mais cresceu durante os anos 2018-2019 (5%), tendo ainda a conta *pessoal e encargos sociais* sua maior representatividade.

6.3.8.9 NOTA 9. Execução das despesas

A tabela 12 foi produzida para fornecer informações acerca da execução das despesas públicas do Ibram. Para tanto, o demonstrativo ilustra a dotação atualizada, a despesa empenhada e a despesa liquidada.

Tabela 12. Execução das despesas públicas

R\$

Ano	Dotação Atualizada	Análise Horizontal	Despesa Empenhadas	Análise Horizontal	Despesas Liquidadas	Análise Horizontal
2018	168.156.580,00	4,69%	166.805.118,52	11,06%	145.221.083,30	-1,09%
2019	176.048.111,00		185.247.966,62		143.635.499,21	
Totais	344.204.691,00		352.053.085,14		288.856.582,51	

Fonte: Siafi.

Da análise da tabela 12, constata-se que a dotação atualizada atingiu um aumento de 4,69%, a despesa empenhada cresceu 11,06% e a despesa liquidada regrediu em 1,09%, levando-se em consideração o desenvolvimento da despesa de 2018-2019.

6.3.8.10 NOTA 10. Custos operacionais

A tabela 13 aponta a evolução dos custos operacionais de 2018 a 2019 do Ibram.

Tabela 13. Custos Operacionais

R\$

Componente de custo	2019	2018	Análise Vertical	Análise Horizontal
Pessoal e encargos	57.240.506,00	65.064.159,00	32,34%	-12,02%
Uso de material de consumo	510.046,00	454.501,00	0,29%	12,22%
Serviços	81.087.679,00	75.629.083,00	45,82%	7,22%
Depreciação, amortização e exaustão	5.238.574,00	1.471.773,00	2,96%	355,93%
Desvalorização e perda de ativos e inc. de passivos	32.628.368,00	1.250.058,00	18,44	2.610,14%
Tributários	93.060,00	92.831,00	0,05	0,025%
Outras variações patrimoniais diminutivas	182.098,00	3.007.246,00	0,10	-1.651,45%
Total dos custos operacionais	176.980.331,00	146.969.651,00	100,00%	20,42%

Fonte: Siafi.

Ao analisar a tabela 13, destaca-se que no ano de 2019 os custos com *serviços* da entidade foram responsáveis por 45,82% dos custos operacionais totais, apresentando um aumento de 7,22%. Outro dado relevante demonstra um aumento de 2.610,14% do custo com desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos, comparando-se 2018-2019. Em geral, houve um aumento de 20,42% dos custos operacionais da entidade museal.

6.3.8.11 NOTA 11. Resultado não financeiro

A tabela 14 descreve a composição do resultado financeiro, onde são discriminadas as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e ainda o resultado não financeiro do exercício.

Tabela 14. Resultado não financeiro

R\$

Resultado não financeiro	2019	2018	Análise Vertical
Variações Patrimoniais Aumentativas	340.315.490,27	335.929.464,59	100%
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	4.196.375,43	4.090.328,55	1,23%
Transferências e delegações recebidas	320.302.944,94	318.353.865,09	94,12%
Valorização e ganhos c/ ativos e desinc.	15.587.367,19	12.211.394,27	4,58%
Outras variações patrimoniais aumentativas	228.802,71	1.273.876,68	0,07%
Variações Patrimoniais Diminutivas	358.590.735,07	325.597.158,32	100%
Pessoal e encargos	57.240.505,57	65.064.158,63	15,96%
Benefícios previdenciários e assistenciais	19.120.596,88	13.625.350,16	5,33%
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	86.836.300,17	77.555.357,54	24,22%
Transferências e delegações concedidas	162.582.866,54	165.094.987,89	45,34%
Desvalorização e perda de ativos e inc. de passivos	32.628.368,17	1.250.058,24	9,10%
Outras variações patrimoniais diminutivas	182.097,74	3.007.245,86	0,05%
Resultado Não Financeiro	-18.275.244,80	10.332.306,27	-----

Fonte: Siafi.

A tabela em série demonstra que, no ano de 2019, a conta *transferências e delegações recebidas* foi responsável por 94,12% das variações patrimoniais aumentativas, enquanto que a conta *transferências e delegações concedidas* representou 45,34% das variações patrimoniais

diminutivas. No tocante ao expressivo aumento da conta desvalorização e perda de ativos e inc. de passivos, aponta-se que no exercício de 2019 a instituição recebeu destaques de outras instituições e os mesmos estão em fase de execução.

6.3.9 Declaração do Contador

A Divisão de Contabilidade compõe a estrutura organizacional da Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade, no Departamento de Planejamento de Gestão Interna e, conforme disposto no parágrafo único do artigo 9º do Decreto 6.976/2009, é considerada Órgão Seccional de Contabilidade e exerce, por delegação, a competência de Órgão Setorial de Contabilidade do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis no âmbito desta Autarquia, nas unidades gestoras vinculadas abaixo relacionadas:

- Seccional de Orçamento e Finanças,
- Ibram Sede,
- Escritório de Representação do Ibram no Rio de Janeiro,

- Escritório de Representação do Ibram em Minas Gerais/Espírito Santo,
- Coordenação de Gestão de Pessoas,
- Museu Imperial,
- Museu Histórico Nacional,
- Museu Nacional de Belas Artes,
- Museu da República,
- Museu da Inconfidência,
- Museu Lasar Segall,
- Museu Villa-Lobos e
- Museus Castro Maya.

A análise e registro da conformidade contábil das Demonstrações Contábeis de todas as unidades gestoras executoras pertencentes à gestão do Ibram é realizada por esta Divisão de Contabilidade. Ressalta-se que os procedimentos de análise são criteriosos e realizados mensalmente para cada unidade gestora executora, em que são verificadas as inconsistências ou desequilíbrios apresentados nas Demonstrações Contábeis, além da existência de inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis constantes no Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira (Sistema do

Governo Federal). Na análise, são observadas as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, os instrumentos de análise disponíveis no Manual Siafi e outros dispositivos legais à disposição do conformista. Esta Autarquia busca aderência aos critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e preconiza pela obediência às metodologias definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público e no Manual Siafi.

6.3.10 As Demonstrações Contábeis do Instituto Brasileiro de Museus são as seguintes:

- Balanço Patrimonial
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstrações das Variações Patrimoniais

Essas Demonstrações Contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil: a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e o Manual Siafi.

6.3.11 Ressalvas:

- Há que se considerar que o Ibram ainda não está aplicando o dispositivo da depreciação e amortização nos itens do ativo imobilizado. Isso se deve em parte à falta de termos de cessão /doação de alguns bens móveis que deveriam ser incorporados ao patrimônio do órgão em virtude da Lei 11.906/2009. Para os bens que a Entidade detém apenas a posse, não está sendo aplicado o instituto de depreciação, reavaliação ou redução a valor de mercado. Ressalta-se ainda que para a aplicação do procedimento de depreciação, primeiramente, é necessário fazer com que o valor do bem registrado no patrimônio espelhe o Valor Justo (fair value) ou valor de mercado, por meio dos procedimentos de reavaliação e redução a valor de mercado (Testes de Recuperabilidade). Esses procedimentos, por sua vez, ainda não estão sendo realizados pelas Unidades Gestoras Executoras em razão da quantidade limitada de servidores para composição de comissão responsável pela realização dos trabalhos iniciais de ajuste ao Valor Justo, bem como pela grande rotatividade de servidores. Cabe ressaltar que esta Autarquia adquiriu recentemente o sistema Siads - Sistema Integrado de Administração de Serviços que será implantado

brevemente nas unidades gestoras executoras, o que permitirá o saneamento dessa deficiência relativa aos bens do ativo imobilizado para os próximos exercícios.

- Quanto à estimativa da vida útil econômica do ativo, ao cálculo da depreciação, bem como às taxas que serão utilizadas, a Entidade adotará a metodologia definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público e no manual Siafi visando à uniformidade e a comparabilidade das informações.
- Em se tratando da avaliação e mensuração das Disponibilidades e dos Estoques, tem-se que as Disponibilidades são mensuradas pelo valor original; e os Estoques pelo custo de aquisição, atendendo, dessa forma, a NBCT 16.10, cujas saídas são contabilizadas pelo método do Custo Médio Ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964. No patrimônio da Entidade não há registros no Siafi de créditos e dívidas, investimentos e diferido para mensuração.
- No que se refere à mensuração dos ativos imobilizados e intangíveis, ressalta-se que a Unidade possui ativos transferidos de outra Entidade (Instituto do Patrimônio

Histórico, Iphan) cujo valor contábil permanece o constante nos registros da entidade de origem. Sendo que para os bens adquiridos antes de 2010, como já mencionado, não estão sendo realizados os procedimentos de reavaliação ou redução a valor de mercado; já os ativos adquiridos a partir de 2010, esses estão reconhecidos com base no valor de aquisição.

6.3.12 Declaração

Portanto, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2019, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Brasileiro de Museus, exceto no tocante às ressalvas anteriormente apontadas.

Brasília/DF, 3 de março de 2020.
Cláudia Elisa Magalhães Lopes
CRC/DF nº 017.389/O-8

Contadora do Instituto Brasileiro de Museus

6.4 Gestão dos Recursos Logísticos, Compras, Contratos e Convênios

As contratações de bens e serviços realizadas no âmbito do Ibram tiveram como princípios a observância dos normativos legais. Segue-se também, as orientações do normativo administrativo interno, estabelecido no âmbito do Instituto pela Portaria nº 324, de 04/8/2016, com o detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo.

A gestão de compras e contratos compreende aquisições de bens e serviços, e todas as contratações dos serviços inerentes ao pleno funcionamento da Unidade Sede e das 7 Unidades Museológicas classificadas como nível II e nível III (Bandeiras, Arte Sacra da Boa Morte, Casa da Princesa, Casa Histórica de Alcântara, Abolição, Victor Meirelles e Missões), distribuídas pelos estados brasileiros, tais como: vigilância, limpeza e conservação, telefonia, internet, serviços de apoio de administrativo e de recepção, fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e manutenção da rede de esgoto, dentre outros, além da gestão patrimonial de bens móveis e imóveis, analisando, classificando, empenhando, apropriando, liquidando e pagando as despesas de tais unidades.

Ressalta-se que há uma especificidade quanto à autonomia Administrativa e Orçamentária na gestão dos recursos logísticos pelas outras Unidades Ibram, quais sejam: as doze Unidades Gestoras Executoras nível I (Museus: Inconfidência, República e Palácio Rio Negro, Histórico Nacional, Imperial, Lasar Segall, Nacional de Belas Artes, Castro Maya, Villa-Lobos); o Escritório de Representação Regional do Ibram – ERR/MG, que gerencia as Unidades Museológicas localizadas em Minas Gerais e no Espírito Santo (Museus: Diamante, Ouro e Casa Borba Gato, Regional de São João Del Rey, Casa dos Ottoni, Caeté e Solar Monjardim) e o Escritório de Representação Regional no Rio de Janeiro, que coordena a gestão das Unidades sediadas no Rio de Janeiro (Benjamim Constant, Arte Sacra de Paraty/Forte Defensor Perpétuo de Paraty, Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio e Casa da Hera). No que se refere às licitações, contratos e fiscalização, destaca-se a implementação de novo modelo frente às diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017 que resultou na formação de equipes multidisciplinares e setoriais, tendo o escopo de competências definido desde as fases interna e externa do procedimento licitatório, até a etapa de recebimento, análise, julgamento das propostas e adjudicação.

No exercício, a administração promoveu 112 procedimentos licitatórios que totalizou um montante de R\$ 31.551.162,09 de acordo com a quadro 14 a seguir:

Quadro 14. Procedimentos licitatórios

Modalidade	Quantidade	Valor	%
Adesão a Registro de Preços	3	R\$ 12.618.531,06	39,99%
Cotação Eletrônica	1	R\$ 1.815,64	0,01%
Dispensa de Licitação	67	R\$ 1.710.479,40	5,42%
Inexigibilidade de Licitação	29	R\$ 318.903,88	1,01%
Pregão Eletrônico	10	R\$ 5.199.537,51	16,48%
Concorrência	2	R\$ 11.701.894,60	37,09%
TOTAL		R\$ 31.551.162,09	100,00%

Fonte: Comprasnet

Nesse contexto, observa-se que os procedimentos ocorreram em sua maior parte por meio das chamadas contratações indiretas, que representou 93,57%.

Quanto os instrumentos contratuais vigentes totalizam 64 que representa um montante de obrigações em R\$ 29.035.669,74 (vinte e nove milhões, trinta e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove reais e setenta e quatro centavos), destinados ao pleno funcionamento da Sede do Ibram, em Brasília/DF e as 7 Unidades Museológicas classificadas como nível II e nível III (Bandeiras, Arte Sacra da Boa Morte, Casa da Princesa, Casa Histórica de Alcântara, Abolição, Victor Meirelles e Missões), distribuídas pelos estados brasileiros, tais como: vigilância, limpeza e conservação, telefonia, internet, serviços de apoio de administrativo e de recepção, fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e manutenção da rede de esgoto, dentre outros, além da gestão patrimonial de bens móveis e imóveis, analisando, classificando, empenhando, apropriando, liquidando e pagando as despesas de tais unidades.

As obrigações contratuais estão distribuídas, por gastos, nas seguintes regiões:

Quadro 15. Obrigações contratuais

Quantidade de Instrumentos vigentes	UF	Montante	%
19	DF	R\$ 20.304.810,71	69,93
13	GO	R\$ 1.206.296,54	4,15
8	MA	R\$ 344.747,49	1,19
8	PE	R\$ 780.400,33	2,69
4	RJ	R\$ 5.245.279,22	18,06
6	RS	R\$ 217.887,97	0,75
6	SC	R\$ 936.247,48	3,22

Na sua essência os instrumentos vigentes são destinados ao pleno funcionamento da Sede do Ibram, em Brasília/DF e das 7 Unidades Museológicas classificadas como nível II e nível III (Bandeiras, Arte Sacra da Boa Morte, Casa da Princesa, Casa Histórica de Alcântara, Abolição, Victor Meirelles e Missões), distribuídas com os serviços: vigilância, limpeza e conservação, telefonia, internet, serviços de apoio de administrativo e de recepção, fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e manutenção da rede de esgoto, dentre outros, além da gestão patrimonial de bens móveis e imóveis, analisando, classificando, empenhando, apropriando, liquidando e pagando as despesas de tais unidades.

6.4.1 Contratações relevantes, suas associações aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações

Dentre as contratações de maior relevância, destacam-se as Concorrências Públicas nº 01 e 02/2019, destinadas aos serviços técnicos para execução de restaurações arquitetônicas e de instalações complementares, incluindo segurança, paisagismo, prevenção e combate a incêndio e instalação de sistema de ar-condicionado para as Unidades Museológicas de Abolição e Alcântara, nos valores global de R\$ 6.842.456,82 (seis milhões, oitocentos e quarenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e dois centavos) e R\$ 4.859.437,78 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e oito centavos),

respectivamente, além dos Pregões Eletrônicos nºs 15 e 16/2019 de gerenciamento das obras, nos valores de R\$ 869.400,00 (oitocentos e sessenta e nove mil e quatrocentos reais).

Essas obras estavam programadas para serem realizadas em anos anteriores, contudo, por escassez de créditos só foram possíveis de se realizarem no exercício de 2019, por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, pactuado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por Intermédio do Fundo de Defesa de Direitos Difusos e o Instituto Brasileiro de Museus.

✓ Principais desafios e ações futuras

Diante das inúmeras alterações legislativas sobre licitações e contratações públicas, a exemplo do que ocorria com a Instrução Normativa nº 02/2008, bem como dos mais recentes entendimentos dos órgãos de controle, surgiu a necessidade de se equacionar e modernizar os dispositivos de regência, especialmente quanto às contratações de serviços terceirizados pela Administração Pública Federal.

Nesse contexto, em 26 de maio de 2017, a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG

publicou a Instrução Normativa/SEGES nº 05, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, revogando a IN 02/2008 que tratava do tema.

Ainda no mesmo exercício, foi implantando o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações que é uma ferramenta eletrônica que consolida todas as contratações que o órgão ou entidade pretende realizar no exercício subsequente, acompanhadas dos respectivos Estudos preliminares e Gerenciamento de riscos.

A ferramenta permite a elaboração do Plano Anual de Contratações, por meio de módulos de preenchimento simplificado, estruturando as informações relativas ao planejamento das contratações públicas dos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

As novas diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017, bem como pela Instrução Normativa nº 1, de 29 de março de 2018, que dispõem sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações e sobre a elaboração do Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da

informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, têm exigindo deste Instituto a formação de equipes multidisciplinares e setoriais, tendo o escopo de competências definido desde as fases interna e externa do procedimento licitatório, até a etapa de recebimento, análise, julgamento das propostas e adjudicação.

No que se refere às licitações, contratos e fiscalização, destaca-se a implementação de procedimentos conforme as diretrizes da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017 que resultaram na formação de equipes multidisciplinares e setoriais, tendo o escopo de competências definido desde as fases interna e externa do procedimento licitatório, até a etapa de recebimento, análise, julgamento das propostas e adjudicação.

Esses são os desafios constantes do Instituto, cumprir com as suas competências institucionais, qualificar o seu quadro de colaboradores, que está aquém do necessário, e atender com eficiência aos anseios da sociedade civil, de acordo com as novas diretrizes estabelecidas para as contratações de bens e serviços.

6.4.2 Conformidade legal

Decreto nº 9.373, de 11 maio de 2018, de 21 de setembro de 2018

- Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para Sistema Integrado de Administração de Serviço, de estoque e patrimônio, sendo que a primeira etapa foi concluída e implementada em junho com a gestão do controle de estoque do almoxarifado, ficando para 2019 a implementação da gestão do Patrimônio que depende, previamente, da conciliação das informações entre o levantamento e contabilização de aproximadamente 39.600 itens patrimoniais com os registros contábeis indicado do SIAFI para então efetuar a entrada dos dados no SIADS.

O Instituto administra 29 (vinte e nove) museus, responsáveis pela manutenção e funcionamento de 42 edificações, incluindo edículas, anexos, parques, palácios, casas e jardins históricos, com áreas de proteção ambiental e matas nativas. Incluem-se também outros 03 (três) imóveis/edificações de uso administrativo, quais sejam: Sede do Ibram - Brasília e os

Escritórios Regionais de Representação no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte.

Em 2019 foram iniciados os procedimentos quanto as regularizações das divergências relativas as classificações contábeis nos acervos patrimoniais administrativos, com conclusão no exercício de 2020, com a implantação total do controle patrimonial, via SIADS.

6.4.3 Locação de imóveis

A Sede do Instituto em Brasília/DF está situada em um imóvel alocado sito no Setor Bancário Norte Quadra 02 Bloco N, Edifício CNC III, Brasília-DF, desde o ano de 2009 e está em consonância com os regramentos de ocupação definido pelo Decreto nº7.689, de 02 de março de 2012 e Portaria MPOG nº 249, de 13 de junho de 2012, no quesito m² de ocupação por servidor.

Em junho do exercício passado o Museu Victor Meirelles que se encontrava instalado em sede provisória, retornou à sua Sede, localizada à Rua Victor Meirelles, 59, após a conclusão das Obras de Ampliação e Revitalização e encerrando o contrato de locação da sede provisória.

✓ Principais desafios e ações futuras

O grande desafio será a contabilização física e contábil de todo o acervo patrimonial administrativo o Instituto no exercício de 2019, haja vista que desde a transferência dos bens do Iphan, em 2009, quando a criação do Instituto, não foram realizados, à época, o devido tratamento das informações dos bens transferidos.

Passado cerca de 10 anos, a situação não foi totalmente equacionada. Em 2019 realizamos a contratação do SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviço junto ao SERPRO para iniciar a gestão tanto do Almoxarifado como do Patrimônio, sendo equacionada apenas a gestão do almoxarifado.

Mas a questão reside não apenas no saneamento da gestão patrimonial, mas, sim, na questão de servidores para conduzir os trabalhos, na medida em que o sistema por si próprio necessita de pessoas para operacional e, neste quesito, atualmente a Divisão responsável pela gestão do acervo patrimonial conta com apenas 2 (dois) servidores, o que é insuficiente para gerir o tamanho do acervo patrimonial administrativo que está distribuído nas mais diversas Unidades Museológicas espalhadas pelo país.

Todavia, a proposta em discussão e a mais provável será a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de gestão patrimonial, compreendendo os serviços de inventário e avaliação de bens móveis para, posteriormente, com as informações parametrizadas, serem efetuados os devidos registros junto ao SIADS, que serão concluídos no exercício de 2020.

6.4.4 Gestão e Sustentabilidade

Ações para redução do consumo de recursos naturais e redução de resíduos poluentes.

Em consonância as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa/MPOG nº 01, de 19 de outubro de 2010 e demais legislações correlatas, o Instituto adota de forma positiva que as contratadas, de acordo com as condições editálicas, cumpram as condições quanto a exigências dos critérios de sustentabilidade ambiental nas execuções dos seus serviços como, por exemplo:

- Acondicionar adequadamente os resíduos gerados e as embalagens dos produtos utilizados nas atividades de copeiragem, para fins de disponibilização à coleta seletiva;

- Verificar se há vazamentos nas torneiras ou nos sifões e comunicar ao encarregado;
- Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- Respeitar as Normas Brasileiras –NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- Não utilização de produtos que contenham substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera, conforme Resolução CONAMA Nº 267 de 14 de setembro de 2000;
- Adotar as medidas estipuladas pelo órgão para evitar o desperdício de água tratada e para a Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- Realizar programa interno de treinamento de seus empregados visando à adoção de práticas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água, redução de produção de resíduos sólidos e coleta seletiva, observadas as normas ambientais vigentes;
- Proceder ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de pilhas,

baterias e lâmpadas de acordo com o programa de coleta seletiva do órgão em observância ao Decreto nº 5.940/2006;

- Observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades, em consonância com o programa de coleta seletiva do órgão; e
- Evitar o desperdício de embalagens e a geração de resíduos sem reaproveitamento.

Ademais, o imóvel conta com sistema de torneiras automáticas e ainda existe um sistema composto por braçadeiras que diminui ainda mais o fluxo de água em todo o prédio. Os gastos com energia elétrica foram reduzidos devido ao desligamento de várias lâmpadas nas salas e garagens de todo o edifício.

O desligamento das lâmpadas, em torno de 50%, verificou-se os efeitos sobre a luminosidade dos ambientes. Já o desligamento dos elevadores em determinados períodos, uma das medidas previstas para a redução de consumo, não foi possível pois as empresas responsáveis pela manutenção não recomendaram essa ação.

O Instituto adota, desde o exercício de 2016, medidas para racionalizar o consumo de energia elétrica e água em nosso edifício sede, a saber:

- Desligamento das lâmpadas nas garagens, permanecendo acessas as localizadas sobre a pista de rolamento;
- Desligamento de uma em cada quatro lâmpadas nos andares de escritório;
- Aproveitamento da água quando da lavagem de caixas de água para lavagem das garagens; e revisão da periodicidade da lavagem das garagens; campanha de conscientização sobre o uso racional dos elevadores.

Uma das etapas do Plano de Gestão e Logística Sustentável (PLS) do Ibram reduziu a quantidade de impressoras na sede do instituto. Etapas anteriores do PLS, executadas pela Coordenação de Tecnologia da Informação (CTINF), já trouxeram uma considerável economia. Além da utilização da função imprimir em frente e verso, a CTINF realizou melhorias na gestão do contrato de impressões, aplicando efetivamente multas por descumprimento dos níveis de serviço.

6.4.4.1 Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema – Sustentabilidade

Para implantar a A3P existem alguns caminhos a serem percorridos. O Ministério do Meio Ambiente –MMA –lançou, por meio da Portaria N° 221 de 14 de setembro de 2004, um manual para implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública. O manual foi produzido pela Comissão Gestora da A3P no MMA, cujas atividades encontram-se atualmente sob coordenação da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Cabe a cada instituição desenvolver a sua própria agenda ambiental, adequada às suas características, peculiaridades e atividades e a seu porte e direcionamento estratégico. O Instituto, também, no exercício de 2017, deu continuidade à conscientização de seus colaboradores, trabalhando nas campanhas Sustentáveis iniciadas em 2016. As campanhas visam ser instrumentos capazes de difundir o conceito de sustentabilidade, enquanto prática diária, entre os servidores do Instituto, cujo engajamento e esforços são fundamentais para que o mesmo atinja seus objetivos no que diz respeito a um futuro sustentável.

Deve-se reconhecer que a adoção de uma Agenda ambiental implicará a geração de economia dos recursos naturais e institucionais, levando a uma redução de despesas da própria instituição. Assim, o comprometimento e o efetivo envolvimento dos dirigentes e colaboradores são fundamentais para garantir o sucesso na implantação da A3P.

6.5 Governança e Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

A Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação é o principal instrumento para entrega de valor dos serviços públicos à sociedade, mediante a utilização de soluções inovadoras, informações acessíveis e recursos públicos otimizados.

A Gestão de TIC no Ibram implica a utilização sensata de meios (recursos, pessoas, processos, práticas) para alcançar o objetivo institucional, atuando no planejamento, construção, organização e controle das atividades operacionais e se alinha com a direção definida pelo Instituto.

Os desafios enfrentados para realizar a gestão de TIC, no período de vigência do PDTIC Ibram 2017 - 2019, são: dimensionamento insuficiente de cargos, pouca disponibilidade de recursos orçamentários, escassez de profissionais (Um Coordenador, Um

Chefe de Divisão de Infraestrutura, Uma Assessora Técnica e Um ATI, 31% do necessário).

O Ibram teve o seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC aprovado para o biênio 2017-2019 e renovado para 2020, entretanto, devido à baixa capacidade operacional (pequeno número de servidores e ausência de cargos de gestão) não foi possível formalizar o acompanhamento e elaboração do PDTIC, com avaliação dos resultados alcançados e adoção de medidas corretivas e melhoria contínua.

6.5.1 Ações 2018/2019

- Projeto de Migração do Datacenter da Sede do Ibram, ambiente pouco adequado, para a Infraestrutura do Serpro, ambiente com sistema ante incêndio, Nobreaks, Geradores, Climatização adequada e outros. Para execução do projeto foram necessárias as seguintes ações:

- ✓ Higienização no ambiente lógico e físico no Datacenter da sede;
- ✓ Aquisição de equipamentos (Storages, Switches e Servidores);
- ✓ Contratação de Hospedagem no Serpro;
- ✓ Contratação da Rede Infovia;

- ✓ Contratação de empresa especializada para realizar o Move do Storage;

- ✓ Migração dos serviços de TIC (SEI e outros) dos equipamentos da Sede do Ibram para os equipamentos do Ibram hospedados no Serpro.

- Contratação da rede MPLS para integrar a comunicação de dados da Sede, Museus e Escritórios regionais. O projeto disponibilizou diversos benefícios para o Ibram como telefonia VOIP, disponibilização da ferramenta cliente de e-mail, backup de arquivos em ambiente seguro, segurança centralizada de rede (Firewalls, Proxys e outros), solução de vídeo conferência, hospedagens de Sistemas e sites dos Museus nos equipamentos do Ibram hospedados no Serpro e outros;

- Aquisição de equipamentos de Vídeo Conferência para atender à necessidade de reuniões dos Museus, Sede e Escritórios Regionais. A solução de vídeo conferência integrada do Ibram trará grandes benefícios para o Ibram como a melhora de comunicação e a economicidade com a diminuição de viagens;

- Aquisição de equipamentos de Switches e cabeamento para reestruturação e atualização da rede Física de dados dos Museus, Sede e Escritórios Regionais. Com esse projeto as unidades do Ibram

contaram com Mitigação dos problemas de rede, monitoramento centralizado dos equipamentos, inventário de ativos de TIC, aumento da segurança dos ativos de TIC e transferência de dados;

- Aquisição de Computados para atualização de parte do parque desatualizado do Ibram (computadores com mais de 10 anos de uso). Importante frisar que essa ação será realizada de forma contínua, anualmente, para atualização do parque tecnológico do Ibram;
- Hospedagem da solução Tainacan;
- Manutenção de alguns sistemas legados, como Inscrição da Primavera de Museus, GDAC e outros;
- Sustentação do SEI;
- O Plano de Dados Abertos do Ibram foi publicado em conjunto com o Plano de Dados Abertos do Ministério da Cidadania;
- Desenvolvimento do Plano de Capacitação da Equipe de TIC, tendo como referências o plano de Gestão de Pessoas do PDTIC e os cursos disponíveis no PROATI; e
- Norma de Uso de Internet, Norma de uso de e-mail.

✓ Principais Desafios 2020

- Apresentar a proposta de reestruturação da CTINF em Coordenação de Tecnologia da Informação, subdividida em Divisão de Infraestrutura de TIC, Divisão de Governança, Divisão de Desenvolvimento de Sistema e Divisão de Comunicação;
- Projeto para mapeamento de todos processos e serviços de TIC resultando na melhora da entrega dos serviços de TIC para o Ibram e para sociedade;
- Revisão da Política de Governança de TIC;
- Elaboração da Política de Gestão Projetos; Realizar a aquisições de: licenças de *softwares* (Autocad, Corel Draw, Adobe), Licenças para servidores, Computadores, *Notebooks*, Equipamentos de Vídeo Conferência, Televisores, Suporte para TV;
- Contratar Serviço VOIP integrado com aparelhos;
- Contratar serviço de equipamento de WIFI;
- Contratar Serviço de Firewall;
- Contratar certificado digital;
- Elaborar o PDTIC para o biênio 2020-2022;

- Contratar serviço de Nuvem;
- Aquisição de Computados, para atualizar o parque tecnológico do Ibram, pois os computadores do Ibram estão com mais de 10 anos de uso. Importante frisar que essa ação será realiza de forma contínua, anualmente; e
- Contratar serviços de Fábricas de Software.

Quadro 16. Estimativa Orçamentária dos contratos ativos 2020

Contratos	Contrato	Assinatura	Valor Contrato	Estimado
MPLS	07/2019	16/07/2019	R\$ 2.341.272,95	R\$ 900.000,00
Infovia	21/2019	13/12/2019	R\$ 334.789,44	R\$ 190.000,00
Colocation	14/2019	11/11/2019	R\$ 196.012,11	R\$ 180.000,00
E-mail Sepro	13/2019	21/08/2019	R\$ 243.959,50	-
Infra e Atendimento	06/2018	11/05/2018	R\$ 3.976.636,60	R\$ 3.600.000,00
Impressão	81/2016	15/12/2016	R\$ 2.815.593,46	R\$ 650.000,00
Central Telefônica	15/2018	31/08/2018	R\$ 59.500,00	R\$ 59.500,00
Internet (MCHA)	13/2016	16/06/2016	R\$ 21.200,25	R\$ 1.766,69
Internet (MUBAM)	10/2016	16/06/2016	R\$ 19.979,46	R\$ -
Internet (MVM)	36/2016	16/06/2016	R\$ 25.074,23	R\$ -
Internet (MM)	35/2016	16/06/2016	R\$ 27.461,80	R\$ 4.576,98
Internet (MAB)	21/2016	16/06/2016	R\$ 17.871,64	R\$ 1.489,30
LDI	30/2014	12/11/2014	R\$ 51.607,04	R\$ 18.000,00
Local	29/2014	13/11/2014	R\$ 50.087,23	R\$ 6.000,00
Telefonia Móvel	04/2015	01/02/2015	R\$ 220.962,19	R\$ 75.000,00
LDN (MVM)	71/2016	12/12/2016	R\$ 5.585,11	R\$ 500,00
LDN (MAB)	75/2016	12/12/2016	R\$ 6.015,41	R\$ 600,00
LDN (MUBAN)	64/2016	12/12/2016	R\$ 5.898,59	R\$ 700,00
LDN (MCHA)	61/2016	12/12/2016	R\$ 6.048,25	R\$ -

LDN (MM)	59/2016	12/12/2016	R\$	6.015,41	R\$	700,00
Telefonia Local (MVM)	17/2017	01/06/2017	R\$	10.024,68	R\$	9.000,00
Telefonia Local (MAB)	21/2017	01/06/2017	R\$	12.608,39	R\$	7.000,00
Telefonia Local (MUBAN)	10/2017	28/06/2017	R\$	12.594,71	R\$	2.800,00
Telefonia Local (MCHA)	07/2017	01/06/2017	R\$	24.647,22	R\$	1.400,00
Telefonia Local (MM)	05/2017	01/06/2017	R\$	9.869,94	R\$	1.400,00
			R\$	8.160.042,66	R\$	4.810.432,97

Quadro 17. Estimativa Orçamentária para licenças de software em 2020

Licenças	Impacto Direto	Quantidade	Estimado 2020
Licenças Autocad, Corel, adobe...	Ibram		R\$ 100.000,00
Licenças endpoint	Ibram	900	R\$ -
Licenças Infro	Ibram	3X - anual	R\$ 200.000,00
Licenças de e-mail	Ibram	805 - 3X - anual	
Firewall	Ibram		
Certificado Digital	Ibram		R\$ 12.000,00
			R\$ 312.000,00

Quadro 18. Estimativa Orçamentária para equipamento 2020

Equipamentos	Impacto Direto	Quantidade	Estimado 2020	Estimado 2021	Estimado 2022
Computadores	Ibram	730	R\$ 359.000,00	R\$ 1.100.000,00	R\$ 1.100.000,00
Hacker switches - Museus 30	Museus			R\$ 40.000,00	

Nobreak- Pequeno porte	Museus			R\$ 150.000,00	
Nobreak- Data Center	Sede			R\$ 120.000,00	
Equipamento de Vídeo conferencia	Ibram	23	R\$ 161.000,00		
Mesa de som, equipamento auditório	Sede			R\$ 35.000,00	
Switche Core 2	Ibram			R\$ 240.000,00	
Televisões	Museus	20	R\$ 70.000,00		
Suporte de TV	Ibram	20	R\$ 10.000,00		
			R\$ 600.000,00	R\$ 1.685.000,00	R\$ 1.100.000,00

Quadro 19. Estimativa Orçamentária para Serviços de TIC2020

Contratações Serviços	Impacto Direto	Quantidade	Estimado 2020
Serviço de Nuvem	Ibram		R\$ -
Serviço Telefonia integrado	Ibram	950	R\$ 100.000,00
Wifi	Museus		R\$ 100.000,00
Move do Storage			R\$ 15.000,00
			R\$ 200.000,00

Quadro 20. Estimativa Orçamentária para Sistemas 2020

Sistemas	Impacto Direto	Estimado 2020
Desenvolvimento Sistema	Ibram	Não estimado
Desenvolvimento de Portais Web	Ibram	Não estimado
Serviço de contagem de Ponto de Função	Ibram	Não estimado

Lista de Siglas e Abreviações

CCPM: Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico
CGP: Coordenação de Gestão de Pessoas
CGSBM: Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus
CGU: Controladoria Geral da União
CNIC: Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
CNM: Cadastro Nacional de Museus
CNPIC: Conselho Nacional de Política Cultural
COG: Comitê de Gestão
CPGF: Cartão de Pagamentos do Governo Federal
CTINF: Coordenação de Tecnologia da Informação
DAS: Grupo Direção e Assessoramento Superior
DIR: Diretoria
EGTI: Estratégia Geral de TI
ESIC: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FCPE: Funções Comissionadas do Poder Executivo
FDD/MJ: Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça
FNM: Fórum Nacional de Museus
FVA: Formulário de Visitação Anual
FVM: Formulário de Visitação Mensal
GDAC: Gratificação de Atividades Culturais
GSISTE: Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal
GT: Grupo de Trabalho
Ibram: Instituto Brasileiro de Museus
ICOM: Conselho Internacional de Museus
INBCM: Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados
IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LOA: Lei Orçamentária Anual
MCTI: Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MINC: Ministério da Cultura
NBCT: Normas Brasileira de Contabilidade
OE: Objetivos Estratégicos

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
PAINT: Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PAM: Pesquisa Anual de Museus
PDTI: Plano Diretor de TI
PEN: Processo Eletrônico Nacional
PETI: Plano Estratégico de TI
PLOA: Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS: Plano de gestão de Logística Sustentável
PNC: Plano Nacional de Cultura
PNM: Política Nacional de Museus
PNSM: Plano Nacional Setorial de Museus
PPA: Plano Plurianual
PROFER: Procuradoria Federal
RAINT: Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RAP: Restos a pagar
SAD: Sistema de Avaliação de Desempenho
SBM: Sistema Brasileiro de Museus
SCDP: Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SEI: Sistema Eletrônico de Informações
SGI: Sistema de Gestão da Informação
SNM: Semana Nacional de Museus
UFG: Universidade Federal de Goiás
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Governo Federal

Presidente da República **Jair Messias Bolsonaro**
Ministro de Estado do Turismo **Marcelo Álvaro Antônio**
Presidente do Instituto Brasileiro de Museus **Pedro Machado Mastrobuono**

Coordenação e Supervisão Geral da elaboração do Relatório de Gestão Ibram – 2019, formato integrado.

Chefe do Núcleo de Relações Institucionais **Marlon Duarte Barbosa e Fernanda Boaventura.**

Créditos

Participaram da elaboração deste Relatório de Gestão todas as áreas do Instituto, bem como seus 30 Museus.

Execução

Gabinete da Presidência

Departamento de Processos Museais - DPMUS

Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus – DDFEM

Departamento de Planejamento e Gestão Interna - DPGI

Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal - CGSIM

Núcleo de Relações Institucionais – NRI

Auditoria Interna – Audin

Museu Casa de Benjamin Constant

Museu Casa da Hera

Museu Casa da Princesa

Museu da Abolição

Museu da Inconfidência

Museu da República

Museu das Bandeiras

Museu das Missões

Museu de Arqueologia de Itaipu

Museu de Arte Religiosa e Tradicional

Museu de Arte Sacra da Boa Morte

Museu de Arte Sacra de Paraty

Museu do Diamante

Museu do Ouro / Casa de Borba Gato

Museu Forte Defensor Perpétuo

Museu Histórico de Alcântara

Museu Histórico Nacional

Museu Imperial / Casa de Cláudio de Souza / Casa Geyer

Museu Lasar Segall

Museu Nacional de Belas Artes

Diagramação

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação: **Fernanda Boaventura**

Foto: **Banco de imagens da ASCOM**